



DIÁRIO

República Federativa do Brasil DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XXXIX — Nº 038

CAPITAL FEDERAL

QUINTA-FEIRA, 3 DE MAIO DE 1984

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 72ª SESSÃO CONJUNTA, EM 2 DE MAIO DE 1984

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Discursos do Expediente

DEPUTADO GERSON PERES — Artigo publicado no *Jornal de Brasília*, de autoria do jornalista Oliveira Bastos, sobre o momento político do País.

DEPUTADO OSVALDO MELO — Jubileu de Ouro do Conselho Estadual de Engenharia e Arquitetura do Pará.

DEPUTADO HÉLIO MANHÃES, como Líder — Não realização das comemorações previstas para o Dia 1º de Maio, em Brasília, face às medidas de emergência.

1.2.2 — Comunicação da Presidência

Convocação de sessão conjunta a realizar-se hoje, às 19 horas, com Ordem do Dia que designa.

1.3 — ORDEM DO DIA

Projeto de Lei nº 1/84 — CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir créditos adicionais até o limite de Cr\$ 7.130.000.000.000,00, e dá outras providências. **Discussão adiada**, em virtude da falta de **quorum** para o prosseguimento da sessão, após parecer oral proferido pelo Sr. Osvaldo Lima Filho.

1.4 — ENCERRAMENTO

2 — ATA DA 73ª SESSÃO CONJUNTA, EM 2 DE MAIO DE 1984

2.1 — ABERTURA

2.2 — EXPEDIENTE

2.2.1 — Discursos do Expediente

DEPUTADO DENISAR ARNEIRO — Análise do balanço da ELETROBRÁS e SIDERBRÁS, relativos ao ano de 1983.

DEPUTADO DJALMA FALCÃO — Nota do PMDB do Estado de Alagoas, de repúdio à interferência do Sr. Governador Divaldo Suruagy, que teria ocorrido na escolha de um interlocutor dentro da Oposição, para negociar uma saída para a crise política do País.

DEPUTADO JOSÉ CARLOS TEIXEIRA — 65º aniversário da Ford do Brasil.

DEPUTADO EDUARDO MATARAZZO SUPPLY — Demissão do Sr. Plínio Assmann da Presidência da COSIPA.

DEPUTADO FRANCISCO DIAS — Denúncia de desmandos e arbitrariedades praticadas pelo Prefeito de Guarulhos — SP.

DEPUTADO FRANCISCO AMARAL — Projeto desenvolvido pelo Instituto de Tecnologia de Alimentos — ITAL, sediado em Campinas — SP, visando a redução da importação de frutas desidratadas.

DEPUTADO VALMOR GIAVARINA — Comentários sobre a fala do Senhor Presidente da República, feita à Nação segunda-feira última, de apelo à união nacional para a solução dos graves problemas do País.

DEPUTADO JOSÉ MENDONÇA, DE MORAIS — Colocações sobre o movimento de união nacional objetivando a solução dos problemas do País.

DEPUTADO JORGE UEQUED — Proposta elaborada pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência — SBPC, com vistas à reformulação dos estatutos do CNPq.

2.3 — ORDEM DO DIA

Projeto de Lei da Câmara nº 272/83 (nº 2.715/83, na origem), vetado parcialmente pelo Senhor Presidente da República, que dispõe sobre a concessão da permanência no Brasil aos estrangeiros registrados

provisoriamente. **Discussão encerrada**, após usarem da palavra os Srs. Jorge Uequed, Edison Lobão e Raimundo Asfora, ficando sua votação adiada por falta de **quorum**.

2.4 — COMUNICAÇÃO DA PRESIDÊNCIA

Convocação de sessão conjunta, a realizar-se hoje, às 19 horas e 45 minutos, com Ordem do Dia que designa.

2.5 — ENCERRAMENTO

3 — ATA DA 74ª SESSÃO CONJUNTA, EM 2 DE MAIO DE 1983

3.1 — ABERTURA

3.2 — EXPEDIENTE

3.2.1 — Discursos do Expediente

DEPUTADO FRANCISCO AMARAL — Dia Nacional do Japão

DEPUTADO FARABULINI JÚNIOR — Comemorações do Dia do Trabalho na Capital do Estado de São Paulo. Considerações sobre a realização de eleições diretas para a escolha do sucessor do Presidente João Figueiredo.

DEPUTADO JORGE CARONE — Lei do salário móvel, criada por S. Exª por ocasião de sua gestão à frente da Prefeitura de Belo Horizonte, a propósito da majoração do salário mínimo.

3.2.2 — Comunicação da Presidência

Convocação de sessão conjunta a realizar-se amanhã, dia 3, às 11 horas, com Ordem do Dia que designa.

3.2.3 — Questão de Ordem

Suscitada pelo Sr. Raimundo Asfora e acolhida pela Presidência, atinente à inexistência de **quorum** para o prosseguimento da sessão.

3.3 — ENCERRAMENTO

EXPEDIENTE

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

AIMAN GUERRA NOGUEIRA DA GAMA

Diretor-Geral do Senado Federal

ALOISIO BARBOSA DE SOUZA

Diretor Executivo

LUIZ CARLOS DE BASTOS

Diretor Industrial

RUDY MAURER

Diretor Administrativo

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Via Superfície:

Semestre Cr\$ 3.000,00

Ano Cr\$ 6.000,00

Exemplar Avulso: Cr\$ 50,00

Tiragem: 2.200 exemplares

Ata da 72ª Sessão Conjunta em 2 de maio de 1984

2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 47ª Legislatura

Presidência do Sr. Martins Filho

ÀS 11 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS SENADORES:

Jorge Kalume — Altevir Leal — Mário Maia — Eunice Michiles — Raimundo Parente — Galvão Modesto — Oducir Soares — Aloysio Chaves — Gabriel Hermes — Hélio Gueiros — Alexandre Costa — João Castelo — José Sarney — Alberto Silva — Helvídio Nunes — Almir Pinto — José Lins — Virgílio Távora — Martins Filho — Humberto Lucena — Marcondes Gadelha — Milton Cabral — Aderbal Jurema — Cid Sampaio — Marco Maciel — Guilherme Palmeira — João Lúcio — Luiz Cavalcante — Albano Franco — Lourival Baptista — Passos Pôrto — Jutahy Magalhães — Lomanto Júnior — Luiz Viana — João Calmon — José Ignácio Ferreira — Moacyr Dalla — Roberto Saturnino — Itamar Franco — Murilo Badaró — Fernando Henrique Cardoso — Henrique Santillo — Mauro Borges — Benedito Canelas — Roberto Campos — José Fragelli — Affonso Camargo — Álvaro Dias — Enéas Faria — Jaison Barreto — Jorge Bornhausen — Lenoir Vargas — Pedro Simon — Octávio Cardoso.

E OS SRS. DEPUTADOS:

Acre

Alécio Dias — PDS; Aluísio Bezerra — PMDB; Geraldo Fleming — PMDB; Wildy Vianna — PDS.

Amazonas

Arlindo Pôrto — PMDB; Arthur Virgílio Neto — PMDB; Josué de Souza — PDS; Mário Frota — PMDB; Vivaldo Frota — PDS.

Rondônia

Assis Canuto — PDS; Francisco Erse — PDS; Francisco Sales — PDS; Múcio Athayde — PMDB; Rita Furtado — PDS.

Pará

Ademir Andrade — PMDB; Antônio Amaral — PDS; Brabo de Carvalho — PMDB; Dionísio Hage — PMDB,

Gerson Peres — PDS; Jorge Arbage — PDS; Ronaldo Campos — PMDB; Sebastião Curtó — PDS.

Maranhão

Bayma Júnior — PDS; Cid Carvalho — PMDB; Edison Lobão — PDS; Epitácio Cafeteira — PMDB; Jayme Santana — PDS; João Rebelo — PDS; José Burnett — PDS; José Ribamar Machado — PDS; Nagib Haickel — PDS; Wagner Lago — PMDB.

Piauí

Celso Barros — PDS; Ciro Nogueira — PMDB; Jonathan Nunes — PDS; José Luiz Maia — PDS; Tapety Júnior — PDS; Wall Ferraz — PMDB.

Ceará

Aécio de Borba — PDS; Antônio Moraes — PMDB; Chagas Vasconcelos — PMDB; Cláudio Philomeno — PDS; Flávio Marcílio — PDS; Gomes da Silva — PDS; Haroldo Sanford — PDS; Leorne Belém — PDS; Moysés Pimentel — PMDB; Orlando Bezerra — PDS; Ossian Araripe — PDS; Paes de Andrade — PMDB; Sérgio Philomeno — PDS; Tomaz Coelho — PMDB.

Rio Grande do Norte

Agenor Maria — PMDB; Antônio Câmara — PMDB; João Faustino — PDS; Vingt Rosado — PDS.

Paraíba

Aluísio Campos — PMDB; Carneiro Arnaud — PMDB; Ernani Satyro — PDS; João Agripino — PMDB; Raymundo Asfora — PMDB.

Pernambuco

Arnaldo Maciel — PMDB; Carlos Wilson — PMDB; Cristina Tavares — PMDB; Egídio Ferreira Lima — PMDB; Fernando Lyra — PMDB; Inocêncio Oliveira — PDS; João Carlos de Carli — PDS; José Mendonça Bezerra — PDS; José Moura — PDS; Mansueto de Lavor — PMDB; Miguel Arraes — PMDB; Nilson Gibson

— PDS; Oswaldo Lima Filho — PMDB; Thales Ramalho — PDS.

Alagoas

Albérico Cordeiro — PDS; Djalma Falcão — PMDB; José Thomaz Nonô — PDS; Sérgio Moreira — PMDB.

Sergipe

Adroaldo Campos — PDS; Francisco Rollemberg — PDS; Gilton Garcia — PDS; José Carlos Teixeira — PMDB.

Bahia

Afrísio Vieira Lima — PDS; Angelo Magalhães — PDS; Carlos Sant'Anna — PMDB; Djalma Bessa — PDS; Domingos Leonelli — PMDB; Elquisson Soares — PMDB; Fernando Gomes — PMDB; Fernando Santana — PMDB; França Teixeira — PDS; Genebaldo Correia — PMDB; Gorgônio Neto — PDS; Haroldo Lima — PMDB; João Alves — PDS; Jorge Medauar — PMDB; Jorge Vianna — PMDB; Jutahy Júnior — PDS; Manoel Novaes — PDS; Prisco Viana — PDS; Raul Ferraz — PMDB; Virgildásio de Senna — PMDB; Wilson Falcão — PDS.

Espírito Santo

Hélio Manhães — PMDB; José Carlos Fonseca — PDS; Nyder Barbosa — PMDB; Pedro Ceolim — PDS; Stélio Dias — PDS

Rio de Janeiro

Abdias do Nascimento — PDT; Alair Ferreira — PDS; Amaral Netto — PDS; Brandão Monteiro — PDT; Carlos Peçanha — PMDB; Celso Peçanha — PTB; Dasso Coimbra — PMDB; Denisar Arneiro — PMDB; Francisco Studart — PTB; Hamilton Xavier — PDS; Jacques D'Ornellas — PDT; JG de Araújo Jorge — PDT; José Colagrossi — PDT; José Eudes — PT; Lázaro Carvalho — PDS; Marcelo Medeiros — PMDB; Márcio Braga — PMDB; Mário Juruna — PDT; Osmar Leitão

— PDS; Sebastião Ataíde — PDT, Sebastião Nery — PDT; Sérgio Lomba — PDT; Wilmar Palis — PDS.

Minas Gerais

Aécio Cunha — PDS; Aníbal Teixeira — PMDB; Antônio Dias — PDS; Bonifácio de Andrada — PDS; Carlos Mosconi — PMDB; Cássio Gonçalves — PMDB; Emílio Gallo — PDS; Emílio Haddad — PDS; Homero Santos — PDS; Humberto Souto — PDS; Israel Pinheiro — PDS; João Herculino — PMDB; Jorge Carone — PMDB; José Machado — PDS; José Maria Magalhães — PMDB; José Ulisses — PMDB; Juarez Baptista — PMDB; Júnia Marise — PMDB; Luiz Guedes — PMDB; Luiz Leal — PMDB; Luiz Safair — PMDB; Magalhães Pinto — PDS; Maurício Campos — PDS; Melo Freire — PMDB; Milton Reis — PMDB; Nilton Velloso — PDS; Oswaldo Murta — PMDB; Paulino Cícero de Vascóncelos — PDS; Pimenta da Veiga — PMDB; Rondon Pacheco — PDS; Rosemburgo Romano — PMDB; Sérgio Ferrara — PMDB.

São Paulo

Adail Vettorazzo — PDS; Airton Soares — PT; Armando Pinheiro — PDS; Aurélio Peres — PMDB; Cardoso Alves — PMDB; Celso Amaral — PTB; Del Bosco Amaral — PMDB; Eduardo Matarazzo Suplicy — PT; Flávio Bierrembach — PMDB; Francisco Amaral — PMDB; Francisco Dias — PMDB; Freitas Nobre — PMDB; Israel Dias-Novaes — PMDB; João Hermann — PMDB; Márcio Santilli — PMDB; Marcondes Pereira — PMDB; Mendonça Falcão — PTB; Paulo Zarzur — PMDB; Raimundo Leite — PMDB; Roberto Rollemberg — PMDB; Ulysses Guimarães — PMDB.

Goiás

Aldo Arantes — PMDB; Fernando Cunha — PMDB; Ibsen de Castro — PDS; João Divino — PMDB; Juarez Bernardes — PMDB; Siqueira Campos — PDS; Tobias Alves — PMDB; Wolney Siqueira — PDS.

Mato Grosso

Bento Porto — PDS; Dante de Oliveira — PMDB; Jonas Pinheiro — PDS; Maçao Tadano — PDS; Milton Figueiredo — PMDB.

Mato Grosso do Sul

Harry Amorim — PMDB; Plínio Martins — PMDB; Ruben Figueiró — PMDB; Ubaldo Barém — PDS.

Paraná

Alencar Furtado — PMDB; Amadeu Geara — PMDB; Anselmo Peraro — PMDB; Ary Kffuri — PDS; Borges da Silveira — PMDB; Celso Sabóia — PMDB; Fabiano Braga Cortes — PDS; Hélio Duque — PMDB; Ítalo Conti — PDS; José Tavares — PMDB; Luiz Antônio Fayet — PDS; Norton Macedo — PDS; Oscar Alves — PDS; Oswaldo Trevisan — PMDB; Reinhold Stephanes — PDS; Renato Johnsson — PDS; Santinho Furtado — PMDB; Sebastião Rodrigues Júnior — PMDB; Valmor Giavarina — PMDB; Walber Guimarães — PMDB.

Santa Catarina

Adhemar Ghisi — PDS; Casildo Maldaner — PMDB; Evaldo Amaral — PDS; Ivo Vanderlinde — PMDB; Nelson Wedekin — PMDB; Odilon Salmoria — PMDB.

Rio Grande do Sul

Amaury Müller — PDT; Emídio Perondi — PDS; Floriceno Paixão — PDT; Guido Moesch — PDS; Hermes Zaneti — PMDB; Ibsen Pinheiro — PMDB; Irajá Rodrigues — PMDB; João Gilberto — PMDB; Jorge

Ueque — PMDB; Júlio Costamilan — PMDB; Nadyr Rossetti — PDT; Nelson Marchezan — PDS; Oly Fachin — PDS; Osvaldo Nascimento — PDT; Pedro Germano — PDS

Amapá

Antônio Pontes — PDS; Geovani Borges — PDS.

Roraima

Alcides Lima — PDS; Júlio Martins — PDS; Mozarildo Cayalcanti — PDS.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — As listas de presença acusam o comparecimento de 54 Srs. Senadores e 231 Srs. Deputados. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Passando-se ao período destinado a breves comunicações, concedo a palavra ao nobre Deputado Gerson Peres.

O SR. GERSON PERES (PDS — PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Eu gostaria de ler, para que fique transcrito nos Anais do Congresso, o judicioso artigo desse príncipe dos jornalistas brasileiros que é Oliveira Bastos, publicado no *Jornal de Brasília* de hoje.

Serviria de reflexão, para os homens públicos, em nossos dias e serviria até, assim como que a abertura de um grande conselho à Nação. É um artigo válido para ser meditado, Sr. Presidente. Diz Oliveira Bastos:

“Não existe duração, nem equilíbrio no impasse. Uma situação de impasse significa um momentâneo equilíbrio de forças em confrontos. Se o impasse é político, interesses poderosos, inclusive os da perplexidade, empurram a solução do conflito para um lado ou para outro. Seria até melhor dizer, contra um lado ou contra outro.

Neste momento, o presidente Figueiredo detém o controle das medidas de exceção que não foram escoimadas da Constituição militarizada. Como ele exerce inequívoca liderança castrense, sempre será possível para ele decretar e fazer respeitar medidas e estados de emergência.

Menos firme e cada vez mais precário é o controle sobre a sua base de sustentação política, o PDS. O que resta desse controle está atrelado à manipulação da máquina do Estado, o que torna ainda mais desconfortável o relacionamento de Figueiredo com os políticos de seu partido.

Mesmo assim o Presidente está jogando fora as cautelas devidas ao seu verdadeiro partido, o Exército e, fazendo das tripas coração para se chegar aos políticos, em nome do PDS, do Governo, do País. O problema é saber até que ponto os políticos, sobretudo da oposição compreenderão as limitações em que se move o Presidente e as limitações inerentes ao seu temperamento. Ao afirmar, no seu comunicado de anteontem, que iniciativa agora cabe aos políticos o presidente Figueiredo colocou um aviso cujo conteúdo é claro, embora deva ser explicitado, dependendo do curso das negociações, por declarações ou pronunciamentos de ministros militares. Disse o Presidente: “...transigi, por antecipação, até onde me é possível chegar, quanto à redução do mandato presidencial. O Congraçamento e a conciliação constituem irreprimível imperativo nacional”.

Ninguém, como o general Figueiredo, chegou à Presidência da República tão armado de instrumentos e dotes pessoais para avaliar e liderar a situação militar. Se ele afirma que não pode ir além do pro-

posto na emenda enviada ao Congresso (quatro anos de mandato para o seu sucessor), não é por esportes, nem por rapsódias políticas. Na verdade, todos queremos a transição para a democracia plena, mas existem bolsões de maluquice que ainda reclamam investigação do Riocentro e até da morte de Baumgarten. Grande parte das críticas formuladas ao general Newton Cruz não passa de uma forma de vingança contra todo e qualquer comportamento militar. O general Newton, porque se expõe, apanha, mas nos gabinetes mais altos da hierarquia militar há quase consenso no sentido de que um retorno à democracia plena, num quadro não controlado, não negociado, facilmente tenderá para uma ressaca de ressentimentos contra os militares. Figueiredo sabe disso e no momento mesmo em que concita a classe política a assumir o comando das negociações institucionais, exibe a condição de sua liderança limitada e conscientemente solidária.

Nós estamos simultaneamente próximos de um grande entendimento ou de um grande desastre político. O general Figueiredo moveu sua pedra no tabuleiro de xadrez. A vez agora é das oposições. Esperamos que as pedras sejam movidas com racionalidade e não com o simples desejo de vingança”
Faço, Sr. Presidente, minhas essas palavras, na manhã de hoje, neste Congresso. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Osvaldo Melo.

O SR. OSVALDO MELO (PDS — PA. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Queremos inserir, nos Anais deste Congresso Nacional, as nossas congratulações ao Conselho Estadual de Engenharia e Arquitetura do Pará pela passagem do “Jubileu de Ouro” do Sistema CONFEEA-CREA, parabenizando o Professor Dr. João Messias dos Santos Filho e toda a diretoria do atual Conselho, no Pará, por esse expressivo evento.

Faremos, a seguir, um relato histórico da trajetória desse acontecimento, a nível do nosso Estado do Pará e também do Brasil:

O Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e os Conselhos Regionais, CONFEEA/CREA, realizaram, dia 23, o seu Jubileu de Ouro. O evento assinala o transcurso de uma longa jornada de lutas, na qual o espírito combativo da classe, tem sido realçado. Ainda no século passado, começara. A aflorar as primeiras conquistas como consequência de reivindicações de liderança notáveis, encrustadas no bloco de um organismo emergente.

A pedra fundamental do Sistema CONFEEA/CREAS, vamos encontrar, no surgimento do Decreto Imperial de 29 de agosto de 1828, através do qual, pela primeira vez no Brasil, ficava estabelecida exigências legais para a apresentação de projetos e o exercício das atividades pertinentes a empreiteiros, dentro das modalidades de engenharia, arquitetura e agronomia. Posteriormente, surge o Decreto número 2.922, estabelecendo obrigatoriedade de diploma de engenheiro civil, para a execução de obras públicas. Em 1871, dando curso as idéias originárias, a classe conseguiu a aprovação do Decreto número 4.696, aprovando o novo Regulamento do Corpo de Engenharia Civil, organismo este, que já possuía por certo as características de órgão defensor dos interesses da Engenharia Nacional; expirava-se o século XIX com uma boa marca de conquistas para a classe, conseguindo-se mais um triunfo, este sem dúvida o maior de todos, a edição da Lei nº 3.100 de 9 de outubro de 1880, de iniciati-

va do Engenheiro Aarão Reis, um dos mais ardentes paladinos da classe, nessa fase de luta, pela afirmação dos profissionais. Outros nomes de renoma, surgiram ao curso dos anos, destacando-se, entre estes, a nível nacional, o professor Alexandre de Albuquerque, combativo a lúcido defensor da regulamentação do exercício profissional, em nossa Pátria. Corria o primeiro lustre do século XX, quando esse eminente brasileiro, iniciava sua marcha de conquista de novos espaços para seus briosos companheiros construtores dos alicerces do Brasil.

O triunfo maior chega em dezembro de 1933, no bojo do Decreto Federal número 23.569, estabelecendo critérios objetivos para o exercício das atividades profissionais, vinculadas aos ramos da engenharia, arquitetura e agronomia.

A partir de então, as atividades de cada modalidade, passou a ser definida e delimitada, segundo a formação específica de seu curso. Esse decreto, embora fosse a maior conquista até então conseguida, não tinha a perfeição desejada e, por isso mesmo, toma corpo um movimento para a sua modificação.

Em dezembro de 1966, foi aprovada uma Decisão da Comissão de Justiça do Senado Federal, nesse sentido, sendo mais tarde aprovada pela Câmara Federal, transformando-se na Lei número 5.194/66, corrigindo-se as imperfeições apontadas no decreto anterior, ampliando-se a eficiência da norma.

Os movimentos de afirmação da classe, desenvolviam-se, principalmente, no Sul do País, como centro cultural mais evoluído do ponto de vista classista, porém, no Pará, não houve tal indiferença quanto ao assunto, nomes destacados, ligados à engenharia, arquitetura e agronomia, desfraldavam sua bandeira a exemplo do que se fazia nos Estados sulinos. Entre esses nomes vamos encontrar, José Agostinho dos Reis que, na qualidade de presidente interino do Clube de Engenharia da Província do Pará, empossava em 2 de maio de 1886, na antiga Rua Formosa (hoje 13 de Maio) nº 64, uma diretoria do clube, composta do senhores: Dr. Manoel Odorico Nina Ribeiro — Presidente; Dr. Antonio Joaquim D'Oliveira Campos — vice-presidente; Dr. Justino Silveira França — 1º secretário; Dr. Bezerril Fontenelli — 2º Secretário; Dr. George Summer — Tesoureiro; Dr. Theodósio Calandrini de Chermont — Bibliotecário. Fatos esses pesquisados pelo eminente Eng. Civil José Maria de Azevedo Barbosa, publicados em sua obra intitulada o Clube de Engenharia do Pará. Vale ressaltar que, o autor é, também, membro da Academia Paraense de Letras do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, ex-secretário de Obras do Governo do Estado do Pará, atualmente Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Pará. Este evento leva-nos ao entendimento de que antes de 1896, já havia em nosso Estado a participação de líderes devotados à valorização da classe e, se assim não fora, não haveria atmosfera para a criação de um Clube de Engenharia naqueles dias recuados de nossa história. Vale ressaltar que, essa primeira entidade, deu origem ao atual Clube de Engenharia do Pará, que teve seus estatutos aprovados em reunião de Assembléia Geral em 14 de maio de 1919. Esse documento histórico traz assinaturas dos eminentes profissionais: Henrique A. Santa Rosa, Augusto Octávio Pinto, Domingos Acatauassú Nunes, Antônio Ferreira Celso, Raymundo Tavares Vianna, Enéas Calandrini Vieira.

A partir dessas realizações, é possível o entendimento de que, no Pará uma consciência de classe se fazia notar desde o século passado. O Conselho Regional de Engenharia da 1ª Região, também criado pela Resolução número 2, de 1934, pelo então presidente do Confea, teve sua instalação na cidade de

Belém, em 1936, assumindo a presidência do órgão o dr. Amyntas de Lemos, cujo mandato teve vida efêmera, sendo sucedido pelo Eng. Virgínio Santa Rosa, que ocupou o cargo até 1941.

O Sucessor de Virgínio Santa Rosa foi o Eng. João Dias da Silva, cujo mandato terminou em 1943. O Eng. Antônio Ferreira Celso, sucedeu João Dias da Silva, com mandato expirado em pouco tempo tendo também vida efêmera. Corriam os anos de segunda guerra e, por natural entendimento, grandes eram as dificuldades e as precárias condições de organismos fiscalizadores de atividades profissionais. Em 1945, foi eleito presidente do conselho o Eng. Lourival de Oliveira Bahia, cujos mandatos sucessivos, se estendem até o ano de 1961. A confiança que conquistara da classe era tal que somente foi afastado para desempenhar as altas funções de conselheiro federal, junto ao Confea, representando o Pará. Deu-se na gestão de Lourival Bahia, a aquisição do primeiro imóvel para a sede própria do Crea da 1ª Região, realização esta perseguida com ardor, durante os anos de sua administração. O imóvel situava-se na Travessa Campos Sales, 342. Ed. Kislavov. Vale ressaltar que até este evento o Crea-Pará, ocupava uma sala na antiga Escola de Engenharia do Pará, localizada na Travessa Campos Sales, bairro comercial.

Em, 1971, foi eleito por unanimidade, do plenário do Crea-Pa, o Eng. Alírio César de Oliveira, cujo mandato foi 1971 a 1972, desenvolvendo em sua breve administração, um trabalho de dinamização do Conselho adquirindo duas unidades de apartamentos do Ed. Pérola onde hoje se encontra instalada o órgão. Para sucessor de Alírio César de Oliveira, foi eleito o Eng. Sérgio da Fonseca Dias, em Sessão Plenária realizada em 28 de dezembro de 1972, tendo posse efetivada no dia 3 de janeiro de 1973. Coube ao novo presidente a inauguração das novas instalações do Conselho, contando com a presença do então presidente do Confea, prof. Fausto Aita Gai, acompanhado de assessores e com presença notáveis de profissionais da terra. Durante sua gestão, Sérgio da Fonseca Dias dedicou-se ardentemente à valorização da classe dos profissionais e a continuação do trabalho iniciado por seus antecessores, fazendo com que o Crea-PA, fosse cada vez mais, uma entidade respeitada como autarquia federal que é. O Engenheiro Civil Salomão Marcos Pinto, que sucedeu a Sérgio da Fonseca Dias, desenvolveu um trabalho de reestruturação administrativa do órgão, buscando a preparação de sua infraestrutura para a busca de novas conquistas, angariando a simpatia de seus pares, pelo desempenho de uma boa administração. Para a sucessão de Salomão Marcos Pinto, foi eleito o Eng. Civil João Mesias dos Santos Filho, com mandato previsto de 1979 a 1981. Desde os primeiros dias de sua administração, procurou dar continuidade ao trabalho de seus antecessores, dando ênfase à criação de novas inspetorias especiais, com objetivo de levar a presença do Crea, às comunidades interioranas pra disciplinar as atividades vinculadas aos ramos da Engenharia, Arquitetura e Agronomia.

Estabeleceu as estruturas administrativas do órgão, e mais amplo relacionamento com as classes profissionais, destacando-se a prática de palestras sobre a legislação profissional, a todos os concluintes de cursos das áreas tecnológicas, tanto da Universidade Federal do Pará, quanto da Escola Técnica Federal. No âmbito dos cursos universitários, inaugurou-se a prática da entrega de carteiras profissionais provisórias, durante as sessões solenes de formaturas. Procurou o fortalecimento do sistema de fiscalização, dotando esse setor de transportes

motorizados, dando-se ênfase a essa atividade sem, contudo, afastar-se dos parâmetros da legalidade e justiça.

Novas aquisições de imóveis efetuadas na atual gestão, integrando-se mais três unidades de apartamentos, transformando o Ed. Pérola em inteira propriedade do Conselho. Dando continuidade ao robustecimento do patrimônio do órgão, contando com a integral aprovação dos diretores e conselheiros, foi adquirido o imóvel à Av. Comandante Braz de Aguiar 145, tido como necessário à ampliação das instalações administrativas da Autarquia. Com alargamento do espaço físico, o Crea-PA-AP, passou a acolher as entidades de classe cedendo, gratuitamente, salas para a instalação dessas entidades, integrando-se de fato à vida administrativa do Sistema Confea/Crea. Foram contempladas as entidades de classes: Associação Profissional dos Geólogos da Amazônia — APGAM, Associação Profissional dos Arquitetos do Pará — APA; Instituto dos Arquitetos do Brasil — Seção Pará — IAB, Instituto de Avaliação e Perícias de Engenharia do Pará — IAP-PEP. Uma das maiores valiosas iniciativas da atual direção do Crea-PAAP, é sem dúvida a instituição dos Encontros dos Profissionais do Pará com ocorrência de dois em dois anos. Com a realização desses conclaves, o sentimento de unidade da classe, vem sendo sentida com mais vigor a cada realização. O Conselho, tem contado para tanto com a decisiva cooperação de organismo federais e estaduais na região, bem como do empresariado local e dos órgãos governamentais, estaduais e municipais, além da imprensa de um modo geral.

Soma-se a esta a realização de cursos de interesse da classe, destacando-se entre estes o Curso de Engenharia de Avaliações, em convênio com o IBAP e UFPa., ministrado pelo Eng. José Carlos Peregrini — presidente do Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias, Curso de Engenharia Econômica em convênio com o Cesep, tendo sido ministrado pelo Eng. e Prof. Henrique Hirscheeld da USP; Curso sobre Energia Solar em convênio com a UFPa., ministrado pelos professores Lineu Silva, do ITA e Marcos Ximenes Ponte, da UFPa.; Curso sobre Parcelamento Urbano em convênio com o Creci, Codem e Pma, Curso sobre Acústica Arquitetônica promovido em convênio com o Clube de Engenharia do Pará e a Eucatex. Curso sobre Tecnologia da Arquitetura em convênio com o Centro Tecnológico da UFPa., Curso de Engenharia de Avaliações e Perícias em convênio com o Sindicato dos Engenheiros no Estado do Pará.

O atual dirigente do órgão teve seu mandato prorrogado por decisão do Plenário dos Conselheiros, pelo período de 3 anos até dezembro de 1984. Com eleições para seu substituto em outubro de 1984.

Na qualidade de integrante do Sistema Confea/Creas o Crea-PA-AP, vem cumprindo suas reais finalidades para as quais foi idealizado. No curso de sua existência, contribuindo de modo decisivo para que aos profissionais brasileiros seja creditado o respeito de que se fizeram merecedores no curso de nossa história.

Era o que tinha a dizer Sr. Presidente. (Muito bem!)

O Sr. Hélio Manhães — Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação de Liderança, pelo PMDB. seguintes referências:

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Tem a palavra V. Exª

O SR. HÉLIO MANHÃES (PMDB — ES. Como Líder, pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Não podemos deixar de registrar, em nome da Bancada do PMDB, nesta oportunidade, o nosso natural repúdio a não realização das comemorações previstas para o dia 1º de Maio, na Capital Federal.

Como é do conhecimento da Nação, em várias capitais, e mesmo no interior do País, nós tivemos os trabalhadores reunidos, mais uma vez, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, pacífica e ordeiramente para, de forma democrática, manifestar o seu pensamento diante do momento nacional. Os trabalhadores brasileiros, aqui da Capital Federal, lamentavelmente, foram os únicos discriminados pela intolerância, pelo arbítrio e pelas medidas autoritárias que constam do elenco que vem sendo patrocinado pelo Governo João Figueiredo, executadas essas medidas pelo General Newton Cruz.

Ontem, a televisão exibiu, melancolicamente, o volume de boletins do trabalho realizado pelas lideranças sindicais de Brasília, cujo objetivo, Sr. Presidente, como seria perfeitamente lógico — como em todo o Brasil há um clamor por justiça social — é a crítica à política social e econômica do Governo, recessiva, concentradora, injusta, até desumana, para a grande massa dos trabalhadores, não se falando, também, no achatamento que se vem processando, progressivamente, e isso se observa de forma mais visível aqui na Capital Federal, quanto aos funcionários públicos. Essas vozes estiveram embotadas no silêncio, impedidas de manifestação, porque, aqui na Capital Federal, a emergência continua vigorando. A mesma emergência, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, que impediu a presença de trabalhadores, de estudantes, de donas-de-casas, de intelectuais, de Vereadores, Prefeitos, e de Deputados estaduais, em Brasília, como se democracia não se faz com o povo, como se democracia é impedir que a televisão transmita ao vivo, daqui para o resto do País, o que aconteceu, quando da votação da Emenda Dante de Oliveira.

Todas estas medidas merecem, portanto, o protesto e a crítica da Bancada do PMDB. E os trabalhadores de Brasília usando a via democrática dos seus sindicatos e associações de classe, comunicaram às organizações internacionais do mundo inteiro o que se passa na Capital Federal deste País, protestando contra o impedimento arbitrário e injusto de sua manifestação, num dia que não é comemorado apenas no Brasil, Sr. Presidente e Srs. Congressistas: é o Dia Universal do Trabalho! Até mesmo em nações totalitárias todos os trabalhadores se manifestaram, participando do Dia do Trabalhador. E aqui no Brasil, o trabalhador de Brasília não pôde realizar a sua comemoração. Historicamente, pela primeira vez, o 1º de Maio é uma página negra que está escrita na História política do nosso País.

Fica, portanto, o nosso protesto, reiterando o que já falamos: a nossa palavra de solidariedade aos trabalhadores de Brasília que, embora não podendo falar no dia 1º de Maio, em São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Porto Alegre, nas capitais todas, os trabalhadores do Brasil falaram, ontem, pelo trabalhador de Brasília. E aqui, no Congresso Nacional, já que os trabalhadores não podem falar lá fora, haveremos de continuar, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, a levantar a nossa voz em defesa do seu direito e da sua prerrogativa livre de manifestação.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Não há mais oradores para o período destinado a breves comunicações. (Pausa.)

A Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se hoje, às 19 horas, neste plenário, destinada à discussão das partes vetadas do Projeto de Lei da Câmara nº 272,

de 1983, que dispõe sobre a concessão da permanência no Brasil aos estrangeiros registrados provisoriamente.

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Passa-se à

ORDEM DO DIA

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 1, de 1984-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir créditos adicionais até o limite de Cr\$ 7 130.000.000.000,00, e dá outras providências, — dependendo de Parecer a ser proferido oralmente em Plenário.

Ao projeto foram apresentadas 5 emendas.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Osvaldo Lima Filho, para proferir o parecer sobre o projeto e as emendas.

O SR. OSVALDO LIMA FILHO (PMDB — PE. Para emitir o parecer.) — Como relator designado para dar parecer sobre o Projeto de Lei nº 01/84, tendo em vista a ausência do Relator, Deputado Augusto Trein, e considerando a brevidade do prazo que me é concedido, examino de modo breve as razões apresentadas pelo Poder Executivo na Mensagem nº 12, de 1984.

Reconhece o Ministro do Planejamento, na Exposição de Motivos nº 64, de 1984, o fracasso da política de redução da inflação e da taxa de juros, que atribui falsamente à frustração das safras agrícolas, esquecendo os esbanjamentos dos recursos públicos através de toda a sorte de subsídios às exportações e da remuneração dos títulos da dívida pública, inclusive daqueles indexados ao câmbio, cuja emissão se tem destinado em grande parte ao pagamento de empreendimentos faraônicos como as usinas nucleares, a Ferrovia do Aço, a represa de Itaipu e outras obras representativas dos desacertos da política governamental.

As tímidas medidas adotadas pelo Governo para a redução do déficit orçamentário, como: a) aumento da taxa sobre os dividendos das ações ao portador de 15% para 23%, quando os modestos rendimentos dos assalariados são taxados mediante alíquotas que variam entre 30% a 40%; b) aumento da taxa de 4% para 8% sobre os lucros da agiotagem do *open market*; medidas essas que em nada reduziram aquele déficit nem reduziram a especulação e a elevação da taxa de juros.

Reconhece ainda aquela Exposição o confisco dos salários, já de si insuficientes e cujo reajustamento foi limitado a 87% do INPC, portanto, muito abaixo dos índices reais da inflação.

Realizada essa sucinta exposição dos clamorosos erros administrativos do Ministro responsável pela dívida externa de cem bilhões de dólares e pela dívida interna superior a doze trilhões de cruzeiros, reconhece o Ministro existir um excesso de arrecadação de sete trilhões, cento e trinta bilhões de cruzeiros, que o Projeto procura destinar em grande parte ao pagamento da dívida externa e interna dos órgãos da administração direta e indireta.

Entre numerosas aplicações condenáveis propostas pelo Governo, vale salientar aquela de setenta e sete bilhões de cruzeiros a serem aplicados pelo BNDES no Projeto Jari, criminosa alienação do território e dos interesses nacionais, feita em favor do súdito norte-americano Daniel Ludwig no território do Amapá.

A proposição governamental prevê ainda a aplicação de Cr\$ 637.004.950.000,00 em reserva de contingência que se destina a atender a abertura de créditos adicionais, onde se incluem créditos destinados a despesas que não tenham dotação orçamentária específica (Lei nº 4.320 de 1964).

Ao referido Projeto foram oferecidas cinco Emendas que procuram contemplar programas e atividades de essencial interesse público:

Emenda nº 1, de autoria do Senador Cid Sampaio, que visa atribuir dotações no valor de trezentos e cinquenta

bilhões de cruzeiros para organização do Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Nordeste através do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, com o objetivo de programar, implementar e custear projetos de pesquisa científica aplicada a serem realizadas pelas universidades do Nordeste;

Emenda nº 2, de autoria dos Deputados Irajá Rodrigues, do Relator, dos Deputados Alcécio de Borba, Odilon Salmoria e Bocayuva Cunha, que procura criar um “Programa Emergencial de Empregos” a cargo dos Estados e Municípios e que é plenamente justificado pela recessão econômica, dominante, que já provocou o desemprego de cinco milhões de operários. A Emenda prevê a aplicação de Cr\$ 637.004.950.000,00.

A Emenda nº 3, de autoria do Deputado Prisco Viana, procura destinar Cr\$ 500.000.000,00 à Fundação Universidade Santa Cruz de Ilheus, Bahia, entidade de comprovados e valiosos serviços educacionais à região cacaueira daquele Estado.

Emenda nº 4, de autoria do mesmo Deputado Prisco Viana, que atribui vinte bilhões de cruzeiros ao Fundo de Investimento do Nordeste para o setor agropecuário sob supervisão da Secretaria do Planejamento.

Finalmente a Emenda nº 5, de autoria do Deputado Genebaldo Correia, destina sessenta bilhões ao Tribunal Superior Eleitoral para trabalho de alistamento eleitoral previsto na Lei nº 6.996, de 1982.

Entendemos que as Emendas citadas, de relevante interesse público, não colidem com as normas constitucionais que disciplinam de modo draconiano a elaboração no orçamento e da legislação tributária.

Os impedimentos constitucionais previstos no art. 65, § 1º, da Constituição devem ser interpretados sob inspiração dos princípios fundamentais que atribuem ao Congresso Nacional dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre tributos, arrecadação e distribuição de rendas (art. 43, I).

Ora, as emendas apresentadas ao Projeto em exame não pretendem modificar a despesa global ou de qualquer órgão, uma vez que os títulos Reserva de Contingência, Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, Encargos Gerais da União, Encargos Previdenciários da União não constituem órgãos, porém mera conveniência da técnica orçamentária.

Nos últimos anos, por força do regime autoritário, o Congresso Nacional se acomodou a uma interpretação literal e ofensiva da sua competência constitucional, o que ainda mais reduziu suas atribuições fundamentais na elaboração do orçamento, que tem sido meramente homologado pelo Legislativo.

Acreditamos que o Legislativo, ao qual o próprio Presidente da República em recente mensagem, reconhece o imperativo de restituir suas atribuições em matéria tributária e orçamentária, deve iniciar sua afirmação exercendo ditas atribuições em favor do povo que representa.

Diante do exposto, considerando as imensas responsabilidades financeiras do Erário, relacionadas na Exposição de Motivos encaminhada pelo Poder Executivo, opinamos pela aprovação do Projeto com alterações sugeridas nas Emendas nºs 1, 2, 3, 4 e 5, aproveitadas em parte a fim de compatibilizar a despesa nelas prevista com os limites que nos são impostos pela Constituição, nos termos da seguinte subemenda:

Subemenda às Emendas nºs 1, 2, 3, 4 e 5

I — Suprimam-se, do item II do art. 1º do Projeto, as seguintes referências:

3900 — Reserva de Contingência 637.004.950

3900 — Reserva de Contingência 637.004.950

3900.99999999.999 — Reserva de Contingência 637.004.950

II — Altere-se, em consequência, o Total para Cr\$ 2.660.886.450

III — Inclua-se no item III do art. 1º do Projeto:

“0700 — Justiça Eleitoral

0701 — Tribunal Superior Eleitoral

3.1.3.0 — Serviços de Terceiros e Encargos
Trabalho de Realistamento Eleitoral — Lei nº 1
6.996/82 16.504.950

1100 — Presidência da República

1114 — Secretaria de Planejamento-Entidades
Supervisionadas

1114.03080342.003 — Atividades a Cargo do Conselho
Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
10.000.000

1500 — Ministério da Educação e Cultura

1513 — Secretaria de Educação Superior Ensino
de Graduação

1513.08442052.106 — Assistência Financeira a Entida-
des Universitárias não Federais

Fundação Universidade Santa Cruz — Ilhéus —
BA 500.000

2800 — Encargos Gerais da União

2800 — Recursos sob supervisão da Secretaria de
Planejamento/PR

Contribuição ao Fundo de Investimento do Nor-
deste, para o setor agropecuário 10.000.000

IV — Inclua-se no item III do art. 1º do Projeto, Cód-
igo 3000 Transferências a Estados, Distrito Federal e
Municípios, 3001 Recursos sob Supervisão do Minis-
tério da Fazenda, após a atividade “Encargos com Inati-
vos e Pensionistas do Estado de Mato Grosso do Sul —
Lei Complementar nº 31/77, o seguinte:

“Programa Emergencial de Geração de Empregos
600.000.000

V — Inclua-se no Projeto os seguintes artigos:

“Art. 2º Os recursos alocados às atividades a cargo
do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e
Tecnológico serão destinados à organização do Instituto
de Pesquisa Tecnológica do Nordeste, com o objetivo de
programar, implementar e custear os projetos de pesqui-
sa científica aplicada a serem realizadas pelas Universi-
dades da Região e os Institutos ou Departamentos Esta-
duais de Pesquisa.

Art. 3º Os recursos alocados ao Programa Emergen-
cial de Geração de Empregos serão destinados à cons-
trução de habitações populares, escolas e creches, bem
como às obras de infraestrutura urbana ou rural, de âm-
bito regional ou local.

§ 1º Os recursos a que se refere este artigo serão ra-
teados em proporções iguais entre o conjunto de Estados
e o conjunto de Municípios, cabendo a cada Estado e
Município importância proporcional ao número de ha-
bitantes de cada um em relação à população do País, de
conformidade com os resultados apurados pelo Censo de
1980.

§ 2º A transferência dos recursos aos respectivos des-
tinatários será procedida no primeiro dia útil de cada
mês, em oito parcelas mensais, a contar do mês de maio
de 1984, diretamente e sem nenhuma dedução ou condi-
cionamento, a não ser a prestação de contas nos prazos
legais.

VI — Renumere-se, em consequência, para art. 4º, o
art. 2º do Projeto.”

Em consequência da Subemenda ora apresentada, de-
verão ser alterados para Cr\$ 1.864.064.350.000,00 os
quantitativos constantes do enunciado do item III e do
total da especificação do programa de trabalho dele
constante.

Sr. Presidente, acrescentarei ainda à guisa de justifi-
cação do Parecer que teve o apoio de doze Senadores e
Deputados, membros da Comissão Mista, que esse Pare-
cer visa determinar a primeira medida eficaz de combate
à recessão neste País. A reserva de contingência prevista
em Lei, tem sido exagerada ao longo do tempo: os per-
centuais que a reserva de contingência vem assumindo
no País são alarmantes, e esses percentuais se têm eleva-
do de 6,09%, em 1977, para 16,51% em 1982. Em última
análise, isto significa que 16% do Orçamento está sendo
subtraído de qualquer apreciação do Congresso Nacio-
nal para aplicação pelo Poder Executivo.

Ora, Sr. Presidente, ninguém nega, nem no Governo
nem na Oposição, nem nos Partidos que apóiam o Go-
verno, nem nos Partidos que se filiam à Oposição, que o
País vive a recessão mais grave de sua História. Há cerca
de cinco milhões de desempregados no País. Uma das
formas que o PMDB apresentou na sua última con-
venção, através de estudos fundamentados de economis-
tas do valor de Professores como Celso Furtado, Maria
da Conceição Tavares, Luciano Coutinho foi, exatamente,
o de se criar um programa de emergência que permiti-
sse a criação de empregos no País de forma a enfrentar
a recessão, para determinar a primeira medida de reto-
mada do desenvolvimento.

Nos termos da subemenda, ora proposta, são previs-
tos setecentos mil empregos que poderão ser criados pe-
los Estados e Municípios em todo País, em obras de in-
teresse público como habitação popular, como a cons-
trução de creches e outros previstos no projeto.

Ora, este País, do ponto de vista das suas unidades fe-
derativas, é dirigido na sua maioria pelo Partido Demo-

crático Social e numa larga faixa pelo Partido do Move-
mento Democrático Brasileiro e o Partido Democrático
Trabalhista; do mesmo modo, ao nível municipal, o nú-
mero de prefeituras está dirigido, hoje, por titulares per-
tencentes, na sua maioria, ao Partido Democrático So-
cial. Por tudo isso, Sr. Presidente, se vê que o projeto não
tem nenhum caráter partidário. A emenda visa, basicamente,
restabelecer o desenvolvimento econômico do
País, promover a sua retomada, através daqueles órgãos,
como os Estados e Municípios que estão mais próximos
do povo, e que sofrem as angústias das aspirações popu-
lares. Aos ilustres representantes do Partido Democráti-
co Social, no Congresso, quero lembrar, aqui, as obser-
vações que há algum tempo nos transmitiu o ilustre cor-
religionário do PDS; o Governador do Estado de Per-
nambuco, Sr. Roberto Magalhães, que nos dizia a todos,
a mim, aos nobres Deputados Carlos Wilson, Ricardo
Fiúza, José Mendonça Bezerra, que se a política econô-
mica atual fosse mantida na sua rigidez os Estados do
Nordeste estariam à beira do caos social, e nenhum go-
vernador seria capaz de permanecer no Governo ou
administrá-lo. Tendo em vista essa advertência do Go-
vernador do Estado de Pernambuco, lembro aos ilustres
representantes e à Liderança do Partido Democrático
Social, que a sugestão ora apresentada, em meu nome e
dos membros da Comissão Mista que ali compareceram,
tem inequivocamente esse objetivo claro de permitir a re-
tomada do desenvolvimento econômico do País. (Muito
bem!)

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — O parecer
conclui pela aprovação do projeto com subemenda que
oferece às Emendas nºs 1, 2, 3, 4 e 5.

Em discussão o projeto, as emendas e subemendas.
(Pausa.)

O Sr. Hélio Manhães — Sr. Presidente, peço a palavra
pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Concedo a
palavra ao nobre Deputado Hélio Manhães, pela ordem.

O SR. HÉLIO MANHÃES (PMDB — ES. Pela or-
dem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, requeiro
de V. Exª, na forma regimental, dada a evidente falta de
quorum no plenário, o encerramento da presente sessão.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — É regimen-
tal o requerimento de V. Exª Não existe 1/6 de Srs. Sena-
dores e Srs. Deputados em Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Está encer-
rada a Sessão.

(Levanta-se a sessão às 11 horas e 32 minutos.)

Ata da 73ª Sessão Conjunta em 2 de maio de 1984

2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 47ª Legislatura

Presidência do Sr. Lenoir Vargas

ÀS 19 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS.
SENADORES:

Jorge Kalume — Altevir Leal — Mário Maia — Euni-
ce Michiles — Raimundo Parente — Galvão Modesto —
Odacir Soares — Aloysio Chaves — Gabriel Hermes —
Hélio Gueiros — Alexandre Costa — João Castelo —
José Sarney — Alberto Silva — Helvídio Nunes — Al-
mir Pinto — José Lins — Virgílio Távora — Martins Fi-
lho — Humberto Lucena — Marcondes Gadelha — Mil-
ton Cabral — Aderbal Jurema — Cid Sampaio — Mar-

co Maciel — Guilherme Palmeira — João Lúcio — Luiz
Cavalcante — Albano Franco — Lourival Baptista —
Passos Pôrto — Jutahy Magalhães — Lomanto Júnior
— Luiz Viana — João Calmon — José Ignácio Ferreira
— Moacyr Dalla — Roberto Saturnino — Itamar Fran-
co — Murilo Badaró — Fernando Henrique Cardoso —
Henrique Santillo — Mauro Borges — Benedito Canelas
— Roberto Campos — José Fragelli — Affonso Camar-
go — Álvaro Dias — Enêas Faria — Jaison Barreto —
Jorge Bornhausen — Lenoir Vargas — Pedro Simon —
Octávio Cardoso.

E OS SRS. DEPUTADOS:

Acre

Alécio Dias — PDS; Aluísio Bezerra — PMDB; Ge-
raldo Fleming — PMDB; Wildy Vianna — PDS.

Amazonas

Arlindo Pôrto — PMDB; Arthur Virgílio Neto —
PMDB; José Lins de Albuquerque — PDS; Josué de
Souza — PDS; Mário Frota — PMDB; Vivaldo Frota
— PDS.

Rondônia

Assis Canuto — PDS; Francisco Erse — PDS; Francisco Sales — PDS; Múcio Athayde — PMDB; Rita Furtado — PDS.

Pará

Ademir Andrade — PMDB; Antônio Amaral — PDS; Brabo de Carvalho — PMDB; Dionísio Hage — PMDB; Gerson Peres — PDS; Jorge Arbage — PDS; Ronaldo Campos — PMDB; Sebastião Curió — PDS.

Maranhão

Bayma Júnior — PDS; Cid Carvalho — PMDB; Edison Lobão — PDS; Epitácio Cafeteira — PMDB; Jayme Santana — PDS; João Rebelo — PDS; José Burnett — PDS; José Ribamar Machado — PDS; Nagib Haickel — PDS; Wagner Lago — PMDB.

Piauí

Celso Barros — PDS; Ciro Nogueira — PMDB; Jonathas Nunes — PDS; José Luiz Maia — PDS; Tapety Júnior — PDS; Wall Ferraz — PMDB.

Ceará

Aécio de Borba — PDS; Antônio Morais — PMDB; Chagas Vasconcelos — PMDB; Cláudio Philomeno — PDS; Flávio Marçílio — PDS; Gomes da Silva — PDS; Haroldo Sanford — PDS; Leorne Belém — PDS; Moysés Pimentel — PMDB; Orlando Bezerra — PDS; Ossian Araripe — PDS; Paes de Andrade — PMDB; Sérgio Philomeno — PDS; Tomaz Coelho — PMDB.

Rio Grande do Norte

Agenor Maria — PMDB; Antônio Câmara — PMDB; João Faustino — PDS; Vingt Rosado — PDS; Wanderley Mariz — PDS.

Paraíba

Aluizio Campos — PMDB; Carneiro Arnaud — PMDB; Ernani Satyro — PDS; João Agripino — PMDB; Raymundo Asfora — PMDB.

Pernambuco

Arnaldo Maciel — PMDB; Carlos Wilson — PMDB; Cristina Tavares — PMDB; Egídio Ferreira Lima — PMDB; Fernando Lyra — PMDB; Inocêncio Oliveira — PDS; João Carlos de Carli — PDS; José Mendonça Bezerra — PDS; José Moura — PDS; Mansueto de Lavoura — PMDB; Miguel Arraes — PMDB; Nilson Gibson — PDS; Oswaldo Lima Filho — PMDB; Thales Ramalho — PDS.

Alagoas

Albérico Cordeiro — PDS; Djalma Falcão — PMDB; José Thomaz Nonô — PDS; Sérgio Moreira — PMDB.

Sergipe

Adroaldo Campos — PDS; Francisco Rollemberg — PDS; Gilton Garcia — PDS; José Carlos Teixeira — PMDB.

Bahia

Afrísio Vieira Lima — PDS; Angelo Magalhães — PDS; Carlos Sant'Anna — PMDB; Djalma Bessa — PDS; Domingos Leonelli — PMDB; Elquisson Soares — PMDB; Fernando Gomes — PMDB; Fernando Santana — PMDB; França Teixeira — PDS; Genebaldo

Correia — PMDB; Gorgônio Neto — PDS; Haroldo Lima — PMDB; João Alves — PDS; Jorge Medauar — PMDB; Jorge Vianna — PMDB; Jutahy Júnior — PDS; Manoel Novaes — PDS; Prisco Viana — PDS; Raul Ferraz — PMDB; Virgildásio de Senna — PMDB; Wilson Falcão — PDS.

Espírito Santo

Hélio Manhães — PMDB; José Carlos Fonseca — PDS; Nyder Barbosa — PMDB; Pedro Ceolim — PDS; Stélio Dias — PDS.

Rio de Janeiro

Abdias do Nascimento — PDT; Alair Ferreira — PDS; Amaral Netto — PDS; Brandão Monteiro — PDT; Carlos Peçanha — PMDB; Celso Peçanha — PTB; Dasso Coimbra — PMDB; Denisar Arneiro — PMDB; Fernando Carvalho — PTB; Francisco Studart — PTB; Hamilton Xavier — PDS; Jacques D'Ornellas — PDT; JG de Araújo Jorge — PDT; José Colagrossi — PDT; José Eudes — PT; Lázaro Carvalho — PDS; Marcelo Medeiros — PMDB; Márcio Braga — PMDB; Mário Juruna — PDT; Osmar Leitão — PDS; Sebastião Ataíde — PDT; Sebastião Nery — PDT; Sérgio Lomba — PDT; Wilmar Palis — PDS.

Minas Gerais

Aécio Cunha — PDS; Aníbal Teixeira — PMDB; Antônio Dias — PDS; Bonifácio de Andrada — PDS; Carlos Mosconi — PMDB; Cássio Gonçalves — PMDB; Christóvam Chiaradia — PDS; Emílio Gallo — PDS; Emílio Haddad — PDS; Homero Santos — PDS; Humberto Souto — PDS; Israel Pinheiro — PDS; João Hercúlio — PMDB; Jorge Carone — PMDB; José Machado — PDS; José Maria Magalhães — PMDB; Juarez Batista — PMDB; Júnia Marise — PMDB; Luiz Guedes — PMDB; Luiz Leal — PMDB; Luiz Sefair — PMDB; Magalhães Pinto — PDS; Maurício Campos — PDS; Melo Freire — PMDB; Milton Reis — PMDB; Nylton Velloso — PDS; Oswaldo Murta — PMDB; Paulino Cícero de Vasconcelos — PDS; Pimenta da Veiga — PMDB; Rondon Pacheco — PDS; Rosemburgo Romano — PMDB; Sérgio Ferrara — PMDB.

São Paulo

Adail Vettorazzo — PDS; Airton Soares — PT; Armando Pinheiro — PDS; Aurélio Peres — PMDB; Cardoso Alves — PMDB; Celso Amaral — PTB; Del Bosco Amaral — PMDB; Eduardo Matarazzo Suplicy — PT; Flávio Bierrembach — PMDB; Francisco Amaral — PMDB; Francisco Dias — PMDB; Freitas Nobre — PMDB; Israel Dias-Novaes — PMDB; João Hermann — PMDB; Márcio Santilli — PMDB; Marcondes Pereira — PMDB; Mendonça Falcão — PTB; Paulo Zarzur — PMDB; Raimundo Leite — PMDB; Roberto Rollemberg — PMDB; Ulysses Guimarães — PMDB.

Goiás

Aldo Arantes — PMDB; Fernando Cunha — PMDB; Ibsen de Castro — PDS; Iturival Nascimento — PMDB; João Divino — PMDB; Juarez Bernardes — PMDB; Siqueira Campos — PDS; Tobias Alves — PMDB; Wolney Siqueira — PDS.

Mato Grosso

Bento Porto — PDS; Dante de Oliveira — PMDB; Jonas Pinheiro — PDS; Maçao Tadano — PDS; Milton Figueiredo — PMDB.

Mato Grosso do Sul

Harry Amorim — PMDB; Plínio Martins — PMDB; Ruben Figueiró — PMDB; Ubaldo Barém — PDS.

Paraná

Alencar Furtado — PMDB; Amadeu Gêara — PMDB; Anselmo Peraro — PMDB; Ary Kffuri — PDS; Borges da Silveira — PMDB; Celsó Sabóia — PMDB; Fabiano Braga Cortes — PDS; Hélio Duque — PMDB; Ítalo Conti — PDS; José Tavares — PMDB; Luiz Antônio Fayet — PDS; Norton Macedo — PDS; Oscar Alves — PDS; Oswaldo Trevisan — PMDB; Reinhold Stephanes — PDS; Renato Johnsson — PDS; Santinho Furtado — PMDB; Sebastião Rodrigues Júnior — PMDB; Valmor Giavarina — PMDB; Walber Guimarães — PMDB.

Santa Catarina

Adhemar Ghisi — PDS; Casildo Maldaner — PMDB; Evaldo Amaral — PDS; Ivo Vanderlinde — PMDB; Nelson Wedekin — PMDB; Odilon Salmoria — PMDB.

Rio Grande do Sul

Amaury Müller — PDT; Emídio Perondi — PDS; Floriceno Paixão — PDT; Guido Moesch — PDS; Hermes Zaneti — PMDB; Ibsen Pinheiro — PMDB; Irajá Rodrigues — PMDB; João Gilberto — PMDB; Jorge Uequed — PMDB; Júlio Costamilan — PMDB; Nadyr Rossetti — PDT; Nelson Marchezan — PDS; Oly Fachin — PDS; Osvaldo Nascimento — PDT; Pedro Germano — PDS; Rosa Flores — PMDB.

Amapá

Antônio Pontes — PDS; Geovani Borges — PDS.

Roraima

Alcides Lima — PDS; Júlio Martins — PDS; Mozarildo Cavalcanti — PDS.

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — As listas de presença acusam o comparecimento de 54 Srs. Senadores e 231 Srs. Deputados. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Passando-se ao período destinado a breves comunicações, concedo a palavra ao nobre Deputado Denisar Arneiro.

O SR. DENISAR ARNEIRO (PMDB — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

As bolsas de valores de Minas Gerais, Espírito Santo e Brasília receberam da ELETROBRÁS — Centrais Elétricas Brasileiras S.A., o relatório referente ao seu balanço do ano de 1983, que apresenta os seus resultados, lamentando terem sido somente de 165,7% superior ao do ano anterior, quando a inflação do ano, segundo a Fundação Getúlio Vargas, foi de 211%. Seus lucros foram de 663,5 bilhões de cruzeiros, comparados com os 497 bilhões do ano anterior. Informa ainda que o lucro, por ação, foi de Cr\$ 9,86, diante de Cr\$ 4,73 obtido no exercício anterior.

Sr. Presidente, não entendemos como uma firma do Governo, que presta serviço público, deseja ter e manter lucros igual ou superior à inflação. Podemos dizer que não foi só o bom desempenho dos seus funcionários, dos seus equipamentos e da sua administração que gerou resultado positivo, mas o pouco endividamento constante de seus balanços, em relação ao seu faturamento.

Enquanto uma SIDERBRÁS amarga uma dívida em 31-12-83, de sete bilhões e quinhentos milhões de dólares no mercado financeiro internacional, e três bilhões e cem

milhões de dólares em moeda nacional, pois o Governo, além de segurar os seus reajustes de preço, via "CIP", ainda não aportou capitais, como fez com a ELETROBRÁS. Forçou com isto, Srs. Congressistas, que as suas despesas financeiras atingissem 44,4% do seu faturamento, valor acima do suportável por qualquer setor empresarial. Tivesse o nosso Governo, tratando os dois filhos, ELETROBRÁS e SIDERBRÁS, com o mesmo carinho, ou fazendo justiça aos dois setores básicos para a Nação, certamente também teríamos a SIDERBRÁS devolvendo ao tesouro nacional, como está fazendo a ELETROBRÁS, parte dos recursos empregados, em forma de dividendos. Embora tudo isso, o prejuízo apresentado no final do ano, não atingiram cifras de impressionar, pois somaram o total de Cr\$ 399.700 bilhões de cruzeiros — valor inferior aos juros pagos.

Aqui desta tribuna, sempre combatemos a forma madrastra com que a SEPLAN procurou tratar o setor siderúrgico brasileiro e agora, mais do que nunca, podemos comprovar que tratamento diferenciado gera distorções iguais a que estamos vendo neste momento.

Agora, a SEPLAN resolveu vir em socorro deste setor tão importante, como é o da siderurgia. O mundo moderno, para considerar um país desenvolvido, duas coisas são necessárias, basicamente, além de outras secundárias: é saber o seu consumo de energia e o consumo de aço. Em termos de energia *per-capita*, o decréscimo de consumo foi pouco, mas em aço, chegamos ter uma baixa de 1980 até 1983, em quase 50%. A baixa do aço não foi maior, pois no ano passado, conseguimos exportar mais de cinco milhões de toneladas, o que ajudou a não termos que desativar alguns fornos de usinas siderúrgicas. Estamos porém, agora, enfrentando no mercado internacional, uma perseguição, por parte dos estados unidos e do mercado comum europeu, sobretaxando nosso aço exportado, para varrer o nosso País dessa área desenvolvida, deixando-nos somente, fornecendo para países do terceiro mundo. Esperamos, no entanto, que os responsáveis pelo nosso planejamento de exportação e a capacidade dos nossos homens de venda, consigam superar estas barreiras. Sendo necessário, acho que devemos até suspender a importação de mercadorias menos essenciais à nossa sobrevivência. Vamos com isto, nos fechar, para tentar fazer aqui mesmo, o que precisamos de importar, ou manter um maior entrosamento entre todos aqueles países que pertencem ao terceiro mundo. Precisamos dizer aos poderosos do mundo, Estados Unidos, Japão, Alemanha, Inglaterra, França, etc. etc., de que, uma Cuba com pouco mais de oito milhões de habitantes, deixa o mundo ocidental sempre em estado de alerta. Não vão desejar eles que outro país, agora com 130 milhões de habitantes, tenha que tomar rumos sem precedentes, na sua história, porque desejam nos garrotear nas nossas exportações. Querem exigir que paguemos as nossas dívidas contraídas em moeda forte, sem nos dar condições para as nossas exportações. A continuar esta política, o Congresso brasileiro, pela sua maioria absoluta, deve recomendar ao Governo que só temos um caminho a trilhar, que é o da concordata internacional e unilateral, arcando os nossos credores com todas as consequências com este nosso gesto de desespero.

Temos certeza, Sr. Presidente, de que, tomada esta decisão pelo Brasil, ela não ficará isolada, outros terceiros mundistas, adotarão as mesmas medidas e aí então, veremos uma total bancarrota, não só no Brasil e nos países subdesenvolvidos, mas em todo o mundo capitalista, todo o mundo ocidental. Não adianta quererem receber e não oferecerem modos e condições para nós pagarmos, como é obrigação de um país sério, como nos consideramos.

Sr. Presidente, parece que saímos do nosso principal item, que era analisar o balanço da ELETROBRÁS e SIDERBRÁS, mas toda análise que fizemos sobre estes assuntos ligados às nossas exportações, também tem muito a dizer sobre a nossa produção de energia e de aço.

Como energia abundante, teremos condições não só de competição maior na exportação de aço, como de outros produtos acabados, entre eles eletro-domésticos, máquinas, navios, etc. etc.

Este é o nosso destino; esta deverá ser a nossa meta, para chegarmos no final do século, como uma nação desenvolvida e com a maioria de seus problemas sociais sanados. A não conseguirmos estas metas, certamente o nosso povo, não será mais considerado pelo mundo civilizado, como ordeiro e pacífico. Quando a miséria ronda a porta da maioria dos nossos lares e nossos irmãos vêem seus parentes próximos sem condições de recompor suas vidas, tranquilamente este mundo verá a maior convulsão social de que teve notícia, neste século, acima até da revolução comunista, pois o povo está com fome e a fome é má conselheira.

Ajudem-nos, porque somos um povo cordato, ordeiro e amantes da paz, e sem esta, nada mais poderemos esperar deste País, que sempre foi considerado do futuro. As gerações que assim falavam, cresceram, tomaram consciência da sua força e sabem que nada mais deve ser falado e discutido como futuro e sim, como presente, já que somos a sétima economia no mundo atual.

Muito obrigado. Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Djalma Falcão.

O SR. DJALMA FALCÃO (PMDB — AL. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

Leio, para que conste dos Anais do Congresso Nacional, nota expedida pelo PMDB de Alagoas. A nota, Sr. Presidente, está vazada nos seguintes termos:

O Governador Divaldo Suruagy, por ocasião da última reunião do Conselho Deliberativo da Sudene (sexta-feira, dia 27 de abril, em Recife), numa atitude marcadamente oportunista, ousou escolher um interlocutor dentro da Oposição para negociar uma saída para a crise política do País, conforme noticiário da imprensa.

Nós, que fazemos o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) de Alagoas, vimos de público repudiar a insólita intromissão do atual Governador de Alagoas em assuntos estranhos à sua competência, pelos motivos que enumeramos:

1 — A sua adesão à candidatura Andreazza constitui uma traição aos Governadores do Nordeste, com os quais firmara um pacto de ação comum para apoio a um candidato à Presidência da República, em nome da defesa de interesses do Nordeste. Todavia tombou-se para o lado da candidatura do atual Ministro do Interior em troca de socorro às finanças do Estado, que vem sendo dilapidada pela irresponsabilidade do seu Governo.

2 — Nesse episódio, também traiu aquele a quem chamava de pai, o General Ernesto Geisel, por cujas mãos foi guindado, bionicamente, ao Governo de Alagoas, de 1975 a 1979. Mas sobretudo traiu as aspirações e os anseios nacionais, e isto é o que importa. Já que o povo demonstrou pelas pesquisas e manifestações públicas, uma unanimidade no repúdio à candidatura Andreazza e ao processo de eleição indireta, em que ela se põe.

3 — Até bem pouco, o Sr. Divaldo Suruagy, servil do sistema, de poder, taxava o movimento cívico em prol das eleições diretas já, de "campanha dos idosos", tentando, assim, atingir figuras exponenciais da Oposição, dentre as quais o Presidente Ulysses Guimarães e os Governadores Tancredo Neves e Franco Montoro.

4 — E, o Sr. Divaldo Suruagy, o responsável maior pelo clima de violência e insegurança reinante

em nosso Estado, que, inclusive, tem resultado no assassinato impune dos nossos correligionários e de quantos se opõem ao seu Governo.

5 — O Governador Tancredo Neves, pelo respeito que merece de toda a Nação e dos seus companheiros de partido, certamente prescinde da indicação indesejável, já que vem se mantendo coerente com o programa de seu partido, na postura de vigorosa oposição aos governos discricionários a que o Sr. Divaldo Suruagy se acostuma a servir.

Estamos dispostos a conversar sobre as eleições diretas, já. Nossos interlocutores dentro do PDS serão aqueles que defendem, como nós, a causa das diretas já, em consonância com o anseio geral da Nação. Não será o Sr. Divaldo Suruagy nosso interlocutor para esse assunto, porque o apontamos publicamente, como responsável maior pela violência, pela corrupção administrativa e política e pelo crime impune contra os que conosco sustentam a árdua luta oposicionista em favor da libertação moral e política de Alagoas.

Aceitar a companhia do Sr. Divaldo Suruagy equivaleria a um ato de traição ao povo alagoano e aos princípios pelos quais se imolaram tantos patriotas na resistência democrática desde 1964.

José Costa — Presidente da Executiva Regional do PMDB de Alagoas

Djalma Falcão — Deputado Federal

Manoel Affonso — Deputado Federal

Sérgio Moreira — Deputado Federal

Renan Calheiros — Deputado Federal

Francisco Mello — Deputado Estadual — Líder pela Bancada

Moacir Andrade — Deputado Estadual — Vice-Líder pela Bancada

Guilherme Falcão — Vereador — Maceió — Líder pela Bancada

Fernando Costa — Vereador — Maceió — Vice-Líder pela Bancada

Edeberto Ticianelli — Vereador — Maceió — Vice-Líder pela Bancada

Eduardo Davino — Vereador — Maceió — Vice-Líder pela Bancada, retificando os dados do Sr. Eduardo Davino.

Eduardo Davino — Presidente da Executiva Municipal do PMDB de Maceió.

Sr. Presidente e Srs. Congressistas, a nota que acabo de ler dos companheiros de Alagoas traduz nossa firme disposição de conversar com quem quer que seja, contanto que a conversa tenha como objetivo eleições diretas já. Porque assim, Sr. Presidente, estaremos agindo em consonância com a opinião unânime da Nação, e assim também estaremos honrando a memória e a tradição de lutas cívicas de Teotônio Vilela.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Concedo a palavra ao nobre Sr. Deputado José Carlos Teixeira.

O SR. JOSÉ CARLOS TEIXEIRA (PMDB — SE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

Gostaria que constasse dos Anais do Congresso o registro que faço sobre o 65º aniversário da Ford do Brasil. Ao fazê-lo, manifesto meus melhores votos de novos êxitos bem como a certeza de que os empréstimos em dólares da Ford brasileira, sejam incorporados como capital de meio, para valorização do trabalhador brasileiro e uma demonstração inequívoca de confiança na pujança do Brasil.

Hoje, sua presença em todo o território brasileiro é uma prova vigorosa de que a alta direção da Ford brasileira acreditou nos investimentos realizados no Brasil. Parabéns! (Muito bem!)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. JOSÉ CARLOS TEIXEIRA EM SEU DISCURSO:

Ford festeja seus 65 anos de Brasil

A Ford comemorou no dia 24 de abril, 65 anos de atividades no Brasil, data em que a Diretoria da Ford Motor Company, reunida em Detroit sob a presidência do próprio Henry Ford, decidiu criar a subsidiária brasileira, no ano de 1919, com um capital inicial de 25 mil dólares — o equivalente a 111 contos de réis. De uma modesta linha de montagem instalada na Rua Florêncio de Abreu para os legendários Modelo T, a Ford hoje é um dos principais complexos industriais do País, ao mesmo nível da moderna indústria automotiva internacional, com um contingente humano de mais de 20 mil empregados.

Nestes 65 anos de ininterrupta atuação no mercado brasileiro, a Ford sempre esteve identificada com o desenvolvimento nacional. Depois de um breve período em instalações provisórias na Rua Florêncio de Abreu e num antigo ringue de patinação na Praça da República, a Ford construiu um edifício específico para a montagem de automóveis na Rua Solon — o primeiro do País — onde permaneceu até 1953, quando inaugurou amplas e modernas instalações de sua nova fábrica no Ipiranga. Foi nessa fábrica que, a partir de 1957, a Ford começou a produzir os primeiros caminhões brasileiros, com o investimento de 24 milhões de dólares em equipamentos importados e mais 1 bilhão e 400 milhões de cruzeiros aplicados em terrenos, edifícios e máquinas adquiridas no próprio mercado local.

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Eduardo Matarazzo Suplicy.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPlicy (PMDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Causou estranheza e surpresa à opinião pública a demissão do Sr. Plínio Assmann da Presidência da COSIPA, na assembléia extraordinária que houve anteontem. Foi uma decisão da SIDERBRÁS, uma decisão do Poder Executivo, do Governo Federal, sem que fossem esclarecidas à opinião pública as razões dessa demissão.

Se alguma irregularidade provocou essa demissão, obviamente é um direito do povo de saber, mas o que parece é ter havido apenas a atitude do Sr. Plínio Assmann de, através do Instituto dos engenheiros, se pronunciar a favor das eleições diretas.

Plínio Assmann havia, em diversas ocasiões, exposto com independência sua posição política. Em nove anos de administração à frente da COSIPA, ele foi responsável por inovações importantes e aumentou significativamente os índices de produção e de produtividade da empresa. Durante sua gestão, houve embates difíceis com o combativo Sindicato dos Metalúrgicos, na Baixada Santista, e particularmente na COSIPA, que foram responsáveis por movimentos memoráveis, inclusive o mais recente, neste ano, na busca de melhores condições de vida e de trabalho.

Os trabalhadores da COSIPA se posicionaram com coragem frente às diversas tentativas do Governo de determinar com direitos adquiridos por trabalhadores nas empresas estatais. Em diversas ocasiões, tiveram dificuldades em enfrentar essa política de aumento de eficiência, de corte de trabalhadores, etc. mas, de qualquer maneira, conseguiram os trabalhadores, em diversas ocasiões, sentarem-se à mesa com a direção da COSIPA, sob a responsabilidade de Plínio Assmann, para um tipo de diálogo que raramente se dá em diversos setores da economia, seja em empresas estatais, seja em empresas privadas.

As referências que por enquanto existem na imprensa são principalmente elogiosas, mesmo da parte dos trabalhadores, do Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, Arnaldo Gonçalves que, embora crítico de diversas atitudes da Direção da COSIPA em relação aos trabalhadores, reconheceu em Plínio Assmann um empresário que sempre pareceu honesto em suas atitudes, na forma como administrava os recursos públicos.

Essa estranheza também foi expressa pelo neto de Euclides Figueiredo e sobrinho do Presidente Figueiredo, Euclides de Oliveira Figueiredo Neto que, em carta intitulada **Que se faça justiça**, afirmou:

“até então presidente da melhor siderúrgica do Brasil (...) foi exonerado pelos seus méritos, pelo seu caráter, por sua honestidade e desprendimento.

Acrescentando ainda:

A inveja dos incompetentes, a calúnia dos mentirosos, a covardia dos empistolados (sic), a omissão dos inseguros nos trouxe este fato: a demissão do engenheiro Plínio Assmann, aquele que transformou a usina-mangue em usina-jardim. Sim, este foi o prêmio por seu idealismo e competência. A acusação foi insubmissão”.

Diante desses fatos, Sr. Presidente, venho solicitar que o Governo dê esclarecimentos sobre a natureza de uma demissão nesses termos. É necessário que qualquer administração de empresa pública, hoje, seja feita em moldes muito mais transparentes à opinião pública. Qualquer empresa que seja do povo tem de ser administrada abertamente, aos olhos do povo, e a COSIPA é um caso. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Francisco Dias.

O SR. FRANCISCO DIAS (PMDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Vou praticamente repetir, nesta tribuna, uma denúncia que fazia por ocasião do Pequeno Expediente da Câmara Federal, mas com mais detalhes.

Minha cidade de Guarulhos, em São Paulo, hoje é notícia nacional, não notícia boa ou agradável, mas triste, lamentável e vergonhosa, tendo como fato principal a figura do seu alcaide, Sr. Osvaldo de Carlos, que infelizmente se diz do meu partido, o PMDB, mas tenho dúvidas porque S. Ex.^a — se é que posso chamá-lo de S. Ex.^a — tem causado problemas seriíssimos para o meu partido naquela cidade e em todo o Brasil.

Numa época de desemprego, numa época de verdadeiro caos social no Brasil, quando o nosso partido tem um programa altamente social e temos proclamado por todos os lugares a criação de novos empregos, melhor educação, melhor saúde, melhor atendimento à população etc., o Prefeito da minha cidade, sem ouvir as lideranças do seu partido, o Deputado Federal Francisco Dias, o Deputado Estadual e Presidente da Assembléia Legislativa de São Paulo, Deputado Nêfi Tales, sem ouvir o Líder da Bancada dos Vereadores, sem ouvir a própria Bancada, que é maioria na minha cidade, sem ouvir a liderança de quem quer que seja, apenas com medo de que o funcionalismo decretasse uma greve na sexta-feira, dia 27, baixa uma norma, uma portaria demitindo aproximadamente 1.600 funcionários, abrangendo a data de 2 de janeiro de 1982 a 31 de dezembro de 1982, final da administração do ex-Prefeito Nêfi Tales e final da gestão do ex-Prefeito Rafael Rodrigues Filho.

Guarulhos, Sr. Presidente, é uma cidade-espelho para este País, com uma população de quase 800 mil habitantes, quase duas mil indústrias, é o segundo arrecadador após a capital e, portanto, a terceira cidade em importância financeira no Estado de São Paulo. Em outras épocas, o ex-Prefeito Nêfi Tales chegou a pagar a 54,7% e

não demitiu ninguém e, hoje, o Prefeito alega que por razões financeiras, precisa demitir 1.600 funcionários, causando, portanto, verdadeiro caos social.

Eu me surpreendi, e vejo, hoje, como Guarulhos está envergonhada, quando em seus muros, em todos os lugares, está escrito “Fora de Carlos”, porque a cidade está indignada e envergonhada com o homem que teve aproximadamente 77 mil votos. Este Deputado, Sr. Presidente, tem razões de se envergonhar, ainda mais porque trabalhei como um monstro, para eleger o Sr. Osvaldo de Carlos Prefeito da minha cidade, e trabalhei junto com meu companheiro de chapa, Deputado Nêfi Tales. O Deputado Nêfi Tales obteve 87 mil votos na minha cidade e eu obtive 58 mil votos. O atual Prefeito obteve 77 mil votos, portanto, dados por mim e pelo meu parceiro que, indiscutivelmente, temos uma grande força na nossa cidade.

Pois bem, passado esse episódio da eleição, tudo corre bem, calamos a boca, procuramos empurrar a máquina, dando toda força, todo apoio possível e, de uma época para cá, não sabemos o que aconteceu com o Sr. Prefeito. S. Ex.^a cercou-se de um feudo que são seus secretários, principalmente alguns que são mais audaciosos em dizer que entendem de economia e de planejamento e, com esse feudo, procura dirigir a cidade sem ouvir ninguém.

Eu vou concluir Sr. Presidente. Neste fim de semana prorrogado passamos noites indormir, dias, da manhã até à noite num verdadeiro trabalho de ajuda, procurando uma forma de solução para esses problemas, com funcionários e mais funcionários na minha casa, na casa de todo mundo, chorando, lamentando, clamando. Formos a S. Ex.^a e fizemos os maiores esforços possíveis, mas ele não teve condescendência com ninguém. Mantive sua posição, demitiu esses funcionários e a minha cidade está um verdadeiro caos. Prova é que, às 6 horas da manhã de hoje, eu estava no depósito municipal, procurando falar com a polícia que tem ordens de um fascista, o prefeito da minha cidade, de bater, de espancar os funcionários que aparecessem na porta do depósito. Isto é bom que meus companheiros do PMDB saibam, um companheiro do PMDB, fascista, utilizando-se do Comandante do 15º Batalhão da minha cidade, o Sr. Sepe-da, que é outro fascista, colocando, segundo notícia que tive agora por telefone, dois caminhões de soldados dentro do depósito, agora à noite, para receber os funcionários com pancadaria.

E hoje, além de funcionários apanharem, um Deputado do PT, Sr. Eduardo Jorge, também apanhou de casete, a ponto de ser ferido e ter que fazer um B.O. na delegacia de polícia.

É vergonhoso para este Deputado ter de trazer esses fatos, mas não posso deixar de contar nesta tribuna, que é a maior testemunha desta História, os desmandos daqueles que não sabem administrar, daqueles que não se interessam pela coisa pública, daqueles que não têm capacidade, mas se metem a dirigir a coisa pública e que precisariam voltar para suas casas, precisariam colocar um chapéu em cima dos olhos, de vergonha daqueles que acreditaram na dignidade e na honradez de um homem que não tem nada disso.

Concluo, Sr. Presidente, lamentando profundamente ter de trazer tal assunto a esta tribuna. Peço agora aos companheiros, principalmente os do PMDB de São Paulo, — e agradeço, nesta oportunidade, à Comissão Executiva do Diretório Regional de São Paulo, que hoje se reuniu — a expulsão ou a punição desse prefeito que não honra nem dignifica o Partido a que pertence, o PMDB de São Paulo.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Francisco Amaral.

O SR. FRANCISCO AMARAL (PMDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

O Instituto de Tecnologia de Alimentos (ITAL), sediado em Campinas, Estado de São Paulo, desenvolve um grande projeto que reduzirá a importação de frutas desidratadas e trará auto-suficiência ao País.

Anualmente, o Brasil gasta 15 milhões de dólares na importação de uva-passa e ameixa seca para o consumo, principalmente nas festas de fim de ano.

Os técnicos do Instituto Agrônomo de São Paulo, através de pesquisas no setor de alimentos desidratados, conseguiram produzir uva-passa e ameixas de boa qualidade, como também, caqui e banana passa.

Em fins de junho próximo, os resultados finais do projeto serão conhecidos através de respostas dos importadores, distribuidores e indústrias brasileiras que estão avaliando amostras dos produtos desidratados e deverão opinar sobre a qualidade e aceitabilidade dos mesmos.

Os pesquisadores elaboraram uma hipotética unidade industrial de pequeno porte, com capacidade de produção de 665 toneladas anuais de frutas desidratadas.

O projeto prevê que "a lucratividade potencial estimada para o empreendimento, proporcionaria uma taxa interna de retorno ao capital investido, de 32% ao ano, além da inflação. O investimento total para a instalação e operação da unidade seria de 732 milhões de cruzeiros".

Para a implantação e o andamento do projeto, as áreas produtoras de frutas deverão ser ampliadas, ou seja, aumentando a disponibilidade de matéria-prima, a produção industrial prospera e a unidade seria mantida em funcionamento mesmo durante os períodos de entressafra de alguns frutos.

Este projeto destaca-se pela grande relevância econômica, pois possibilita a redução dos gastos com a importação de frutas secas e aumenta o volume de exportações.

Do ponto de vista social, a localização das agroindústrias junto às fontes de produção de matérias-primas, proporcionaria a criação de novos empregos e a fixação do homem no campo.

Desta tribuna, louvo a iniciativa do Instituto de Tecnologia de Alimentos que, mais uma vez, está contribuindo para o desenvolvimento e a emancipação agroindustrial de nosso País.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Valmor Giavarina.

O SR. VALMOR GIAVARINA (PMDB — PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

Todos nós ouvimos na TV, uns aplaudindo, outros decepcionados, a palavra de Sua Excelência o Presidente da República, na última segunda-feira à noite.

E ouvimos, Sr. Presidente, uma afirmativa de Sua Excelência. Lembro-me muito bem de quando Sua Excelência diz que recuou até o ponto em que lhe foi possível recuar. Muitos interpretaram esta afirmação do Presidente como sendo, assim, um ato de humildade. Mas eu me pergunto: O Presidente estaria rezando um ato de contrição naquele momento? Estaria humildemente dizendo ao povo que o ajudasse no seu projeto, porque ele recuou o quanto lhe foi possível recuar? Ou estaria ameaçando as oposições, dizendo que recuou tanto quanto lhe permitiram recuar? E quem lhe teria permitido recuar? As forças ocultas que cercam o Presidente?

Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, quero reafirmar, neste momento, a minha posição pessoal que, tenho certeza, é a posição da grande maioria oposicionista. Quando o Presidente nos convida para o diálogo, quero dizer que aceito o diálogo, mas que esse diálogo seja proposto em bases honestas, em bases aceitáveis. Não posso aceitar diálogo que não passe, primeiro, pelas eleições "Dire-

tas Já", porque, a partir do momento em que nós da Oposição aceitarmos dialogar com o governo, passando por cima desse ponto fixado pela opinião pública nacional, estaremos virando as costas para a Nação.

Quando afirmo isto, Sr. Presidente, quando nós oposicionistas afirmamos isto, os homens do Governo nos chamam de radicais. Mas, por outro lado, estou e estamos cansados de ouvir aqui neste Congresso, vindo daquela tribuna ou desta tribuna afirmações no sentido de que devemos conversar para eleger diretamente o sucessor do sucessor do Presidente Figueiredo. Quer dizer, radicalizam posição, também, em torno do Colégio Eleitoral já. Então são dois pontos radicais. O Governo radicalizando posição em torno do "Colégio Eleitoral Já", e nós, das Oposições e do Grupo Pró-Diretas, radicalizando posição em torno das "Diretas Já". Somos todos radicais, mas prefiro ficar do lado de cá, porque o nosso radicalismo tem o amparo da opinião pública nacional.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Gerson Peres. (Pausa.)

S. Ex^a não está presente.

Concedo a palavra ao nobre Deputado José Mendonça de Moraes.

O SR. JOSÉ MENDONÇA DE MORAIS (PMDB — MG. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

A Nação inteira tomou conhecimento das sábias colocações do Governador Tancredo de Almeida Neves, de Minas Gerais, quanto à situação nacional até o dia de ontem.

Entendo que o reflexo, hoje, das colocações, tanto do Presidente do PMDB, quanto do Governador de Minas Gerais e de outros Governadores, inclusive do PDS, valerem para que o sistema implantado desse um passo atrás, na teimosia de manter o Brasil, a Capital da República e o Poder Legislativo no estado de medidas de emergência.

Entendo que o recuo possa ter sido ditado pela prudência da tática política: recuar para fortalecer a posição para novos ataques. No entanto, sou otimista e vejo que o primeiro passo para o entendimento foi dado com a supressão do decreto que determinava as medidas de emergência.

Entendo, também, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, que a hora nos recomenda bastante amadurecimento político, sem recuo de posições, para ninguém ter de sair humilhado do jogo, mas reencontro da nacionalidade, com conversas firmes, fortes e coerentes com a vontade nacional. Gostaria que também nós da Oposição entendêssemos que em qualquer acordo judicial, e falo como advogado, as partes de ambos os lados devem ceder alguma coisa para haver acordo, senão é a supremacia de uma vontade sobre a outra.

No campo político também entendo ser necessário que nós todos, Governo e Oposição, responsáveis pela sustentação dos direitos do povo, tenhamos bastante competência política para recuar naquilo que é necessário sem nos desmoralizarmos, e avançarmos em rumo à democracia com entendimentos altos, principalmente ouvindo a voz do bom senso, a voz da consciência. É prudente, é muito bom que em períodos de tempestade, evitemos os cúmulos ninhos quando estamos nos ares.

Fica aqui, portanto, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, a minha colocação no sentido de que todos nós saibamos repensar posições, para que não tenhamos, amanhã, decepções dos nossos radicalismos, de lado a lado.

Essas são minhas considerações, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Jorge Uequet.

O SR. JORGE UEQUED (PMDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Se-

nhores Senadores eleitos pelo povo e demais funcionários da Casa:

O Conselho Nacional de Pesquisas, fundado em 1952, passou em meados da última década por uma profunda transformação. De um organismo dedicado principalmente à concessão de auxílios para a pesquisa e bolsas de estudo, emergiu um órgão encarregado de coordenar os esforços de desenvolvimento científico e tecnológico nacionais. Por baixo da antiga sigla de CNPq, descobre-se hoje o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. O velho CNPq foi, durante duas décadas, o maior responsável pelo treinamento e aproveitamento de várias gerações de cientistas brasileiros em todas as áreas do conhecimento, apesar de sua estrutura quase artesanal de operação. Uma das consequências importantes desta estrutura era a sensação dos pesquisadores de que, de certa forma, o CNPq era o seu órgão.

Infelizmente, este sistema não poderia perdurar na medida em que o crescimento quantitativo da comunidade científica e as alterações qualitativas na estrutura da pesquisa científica e tecnológica no Brasil, imporiam, cedo ou tarde, a necessidade de uma transformação nos seus órgãos financiadores. De certa forma, o velho CNPq pereceu vítima de seu próprio sucesso. Tendo contribuído decisivamente para a criação de uma comunidade científica maior do que ele poderia continuar atendendo, acabou por ser substituído por outras estruturas, presumivelmente mais adaptadas a seus fins e dotadas de uma maior racionalidade administrativa.

A imagem do novo CNPq junto à comunidade científica tem-se deteriorado rapidamente nos últimos anos. Isto é lastimável, tanto para o CNPq quanto para os próprios cientistas. As razões desta má imagem são várias. Uma delas, entretanto, se destaca dentre todas. É a crescente necessidade que se percebe na sociedade brasileira de se opor ao centralismo autoritário como método de gestão da coisa pública, tão acentuado no Brasil de 1964 para cá. O CNPq deixou de pertencer à comunidade científica, que se sente alijada do centro de decisões que lhe dizem respeito. O mais comum é que ele seja encarado como um reduto de burocratas, ignorantes das verdadeiras necessidades e prioridades da ciência brasileira. Como é usual nestes casos, os defeitos da estrutura são percebidos como defeitos de sua parte visível: as pessoas que a gerenciam. Cria-se, então, uma hostilidade surda entre os vários escalões decisórios e administrativos, que se sentem incompreendidos em sua dedicação à causa do desenvolvimento da pesquisa científica no Brasil, e os próprios cientistas, que se sentem esmagados sob o peso dos burocratas de Brasília. Esta hostilidade, profundamente prejudicial aos fins do CNPq, se agrava mais ainda face à penúria de recursos para o atendimento de inúmeros projetos meritórios. Já a sensação de que uma bela parte do orçamento do órgão é empregada meramente na manutenção de um organismo administrativo inchado além do que seria saudável, em função de interesses outros que os de atender às necessidades dos cientistas.

Numa tentativa de recuperar o "seu" CNPq, a comunidade científica nacional tem-se movimentado para levar ao presidente da República uma proposta de reformulação dos estatutos do órgão capaz de assegurar a participação e dar uma voz decisória aos cientistas em suas várias instâncias deliberativas. O resultado desta iniciativa, coordenada pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência — SBPC — é digno de nota. Vinte e cinco sociedades científicas, representando a maioria dos pesquisadores brasileiros de quase todas as áreas, já a subscreveram.

A proposta atinge fundamento os poderes hoje centralizados nas mãos de algumas poucas pessoas. Esses passariam para um órgão colegiado, o Conselho Superior de Pesquisa, do qual a metade dos membros seria indicada pelo Presidente da República a partir de uma lista de cinquenta cientistas escolhidos diretamente pela comunidade

de. O Conselho Superior de Pesquisa, órgão pelo qual passariam todas as grandes decisões do CNPq, estaria assim aberto ao escrutínio direto dos cientistas.

Tradicionalmente, o julgamento sobre o mérito dos pedidos de auxílio à pesquisa e bolsas de estudo submetidos ao CNPq é feito por comitês assessores integrados por cientistas das áreas correspondentes. A comunidade científica tem formulado críticas quanto ao método de seleção dos integrantes de tais comitês. A adoção da proposta da SBPC significaria que os assessores do Conselho seriam escolhidos dentre os cinquenta nomes da lista mencionada acima, sem que a mesma pessoa pudesse, na qualidade de representante dos pesquisadores, acumular assessorias.

O alvo desta proposta não é o presidente do CNPq nem seus auxiliares diretos, a quem nenhum cientista nega a vontade de acertar e o desejo de trabalhar pelo desenvolvimento da ciência no Brasil. O alvo é a própria estrutura do CNPq, herdada de um regime autoritário que já não é mais considerada satisfatória pelos que devem ser beneficiados por sua ação. É possível que esta proposta seja rejeitada ou discretamente engavetada. Mas, não há dúvida de que ela representa um passo na direção certa. O aumento da polarização desnecessária, inútil e danosa entre o CNPq e a comunidade científica seria desastroso. A proposta da SBPC busca precisamente reintegrar financiador e financiados na consecução da obra comum: o desenvolvimento científico e tecnológico brasileiro.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Está encerrado o período destinado a breves comunicações. (Pausa.)

Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 272, de 1983 (nº 2.715/83, na origem), vetado parcialmente pelo Senhor Presidente da República, que dispõe sobre a concessão da permanência no Brasil aos estrangeiros registrados provisoriamente, tendo

Relatório, sob nº 6, de 1984-CN, da Comissão Mista.

Partes vetadas: Artigos 8º e 9º do Projeto.

Em discussão as partes vetadas.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Jorge Uequet.

O SR. JORGE UEQUED (PMDB — SP. Para discutir. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Senadores eleitos pelo povo e demais funcionários da Casa:

O Presidente da República entendeu de vetar duas emendas oriundas desta Casa ao projeto de lei que dispõe sobre a concessão de permanência definitiva no Brasil aos estrangeiros registrados provisoriamente.

Pela justificativa de Sua Excelência, bem pode se ver que não se tratou de matéria estudada pelo Executivo, e simples determinação do Ministério da Justiça, porque foram duas emendas desta Casa, especialmente duas emendas deste Deputado, que é autor das quatro únicas emendas existentes no projeto. O que pretendem as emendas aprovadas unanimemente na Câmara e no Senado? Pretendem que seja concedida a permanência ao estrangeiro, ficando reaberto por 120 dias o prazo para que os estrangeiros, com situação irregular no País, possam utilizar essas possibilidades do art. 134, da Lei nº 6.964.

O que diz a lei? A lei permitia aos estrangeiros irregulares, que tivessem ingressado no País até 19 de agosto, solicitar o visto provisório. Como muitos estrangeiros

não conseguiram utilizá-lo pelas dificuldades de comunicação que tinham na época, pelas dificuldades que tinha a Polícia Federal, pela falta de prática para esse tipo de matéria, pretende-se reabrir o caso para que meio milhão de pessoas possam regularizar-se.

É o próprio Presidente da República que, na sua justificativa do veto, diz que meio milhão de pessoas estão irregulares.

O que pretende fazer o Governo com meio milhão de pessoas irregulares? Expulsá-las? Não! Não vai expulsá-las! Apenas permite que essa situação irregular continue, com traumas para a sociedade, com traumas para as pessoas, com dificuldades para o Governo, com dificuldades para a imagem do Brasil no exterior.

Pelo art. 9º, também de nossa autoria, que o Governo também entendeu de vetar, os estrangeiros com situação irregular no País, que tivessem ingressado após 20 de agosto e até 9 de dezembro de 1981 — quando é a nova Legislação produzida por esta Casa, em virtude da violência da Legislação anterior do Governo — poderiam regularizar-se. É o mesmo número de pessoas que fica abrangido pela lei. O Governo diz que isso seria um casuísmo — ora! esse Governo falando em casuísmo — e teria de estudar caso a caso de estrangeiro, para regularizar a situação. É uma demonstração de que o Governo não conhece a própria lei que fez, porque a lei feita pelo Governo impede a transformação do visto de turista, ou do irregular, em permanente. Há uma disposição peemptória. Não há como examinar caso a caso. O Governo não pode examinar cada caso de estrangeiro, dos quinhentos mil que estão no País, porque a lei que ele mesmo fez o impede. Mas o Presidente da República, na justificativa, diz que vai examinar cada caso, individualmente.

Diz ele:

Trata-se de disposição casuística que não atende aos superiores interesses do bem comum. Entendo — diz o Presidente, como se ele entendesse alguma coisa — “que cada problema que envolve estrangeiros em situação irregular deve ser individualmente considerado.

O Presidente entende. Como? Se ele não entende nada, mas se atreve a escrever isso. A lei é bem clara. A Legislação vigente determina que é vedada a transformação de visto. Para ser mais claro, quem dispõe de visto de turista não pode transformar em visto permanente. E o irregular não pode transformar em visto permanente, estando no País. O que acontece? As pessoas têm de se deslocar para o Paraguai e Uruguai, deixando os filhos aqui para pedir, via Uruguai ou Paraguai, visto para reunificação familiar, com despesas e com problemas burocráticos. Quando poderíamos resolver pela lei.

Lamentavelmente, o Governo não quer contribuição nenhuma do Parlamento; o que o Governo quer é determinar e ser obedecido. Não quer um Parlamento ativo, um Parlamento que estude os problemas, um Parlamento que entenda das matérias, um Parlamento que ofereça soluções. Ele quer é submissão a sua vontade, ele quer o que disse o Presidente da República ontem: “Todos venham a mim”. Para quê? Para ser sócio do fracasso, da incompetência e do despreparo.

Sr. Presidente, claro que o veto será aceito, porque é mais fácil um boi voar do que o veto do Presidente ser derrotado.

Não existe na história política, depois que a ditadura militar se implantou, qualquer perspectiva de derrotar veto do Presidente da República. Ele tem poderes neste País mais do que os reis da França, e nunca tanto poder esteve na mão de tanta gente incompetente e despreparada. Mas o veto vai ser aceito, porque número não há, é V. Exª, pela sapiência que tem, pela vivência que tem, sabe que a lista de presença acusa um número fabuloso de pessoas que podem ser encontradas na Lua, em Marte e algumas passando dias no Haiti. Mas V. Exª sabe mui-

to bem que esse regime presidencialista, com essa estrutura de poder, nos leva a esse tipo de comportamento: o Presidente escreve o que não entende e o Congresso não pode fazer nada, porque veto presidencial é mais forte do que lei. Veto presidencial tem mais força que qualquer coisa neste País, prova disso é que nenhum, até hoje, foi derrotado. Só mais forte do que veto presidencial no País é a corrupção, porque se trata do País mais honesto do mundo, não há ninguém na cadeia por corrupção.

Eu encerro, Sr. Presidente, para não cansar V. Exª e as centenas de Deputados e as dezenas de Senadores presentes ao plenário desta Casa. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Continua a discussão.

O Sr. Edison Lobão (PDS — MA.) — Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Concedo a palavra ao nobre Sr. Deputado Edison Lobão para discutir.

O SR. EDISON LOBÃO (PDS — MA. Para discutir. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Sempre ouço com atenção, não diria com encantamento, os argumentos do Deputado Jorge Uequet, sobretudo naquilo em que S. Exª garante ênfase aos seus argumentos.

Permito-me apenas ler, aqui, alguns trechos da justificativa do Governo do Presidente da República, no que toca aos vetos a que S. Exª se refere, para depois entrar no segundo tema.

Diz, aqui, a mensagem do governo:

Com o registro provisório dos estrangeiros, em 1981, a Administração Federal abriu a todos os irregulares a oportunidade de legalizar a situação. A maioria preferiu permanecer na clandestinidade; não buscou o amparo da lei. Não pode, agora, ter o mesmo tratamento daqueles que, mesmo de forma temporária, efetuaram a normalização de sua estada no País.

E segue o Governo argumentando para justificar seu veto. Não é o ponto de vista do Deputado Jorge Uequet. Mas quando S. Exª chama a atenção desta Casa para a dificuldade de se derrubar um veto do Presidente, S. Exª deixa a entender que isto só ocorre neste Governo. Isso nunca aconteceu antes.

Quanto ao veto presidencial, de fato S. Exª tem razão, em parte. É a maior dificuldade, aqui, agora, antes, e no futuro será assim. E no mundo inteiro é assim também. Mas a impressão que S. Exª nos deixa é a de que existe uma situação nova: o Presidente da República não é um presidente, é um monarca que tudo pode. Se Sua Excelência monarca o é, foi também Juscelino, João Goulart, Dutra. Foram todos os Presidentes da República cujos vetos teriam de ser derrubados por maioria de 2/3, portanto com as mesmas dificuldades.

S. Exª tem razão. Derrubar o veto do Presidente da República é a coisa mais difícil do mundo, mas é uma coisa difícil no mundo inteiro, não é só aqui. Estas coisas precisam ser colocadas com mais prudência, para que as pessoas que não acompanham a história política deste País não tenham uma impressão deformada a respeito dos dias em que estamos vivendo.

Muito obrigado, Sr. Presidente (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Continua a discussão.

O Sr. Raymundo Asfora — Peço a palavra, Sr. Presidente

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Raymundo Asfora.

O SR. RAYMUNDO ASFORA (PMDB — PB. Para discutir a matéria. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

A Liderança do PMDB, eventualmente por mim representada, entende perfeitamente que um **quorum** de 2/3 para a derrubada de vetos presidenciais não é exigência do momento, nem deste Governo, mas uma tradição constitucional do País.

Acontece, todavia, que antes de se discutir o mérito da técnica da apreciação de vetos, dever-se-ia apreciar as razões do veto para que elas, por si mesmas, fossem capazes de sustentar uma oposição à matéria, que mereceu a aprovação das duas Casas do Congresso, a unanimidade.

As razões do Senhor Presidente da República, opostas ao projeto de lei originário da Câmara, são inconvincentes, absolutamente inconvincentes, como nesse trecho:

A par disso, a crise econômica que envolve o País possui reflexos sociais que desaconselham se processe indiscriminadamente regularização de mais de meio milhão de estrangeiros.

Ora, Sr. Presidente, o projeto vetado não estabelecia uma forma indiscriminada de estrangeiro, ao reverso, fixava prazo para essa regularização, sobretudo submetendo os interessados aos requisitos pré-existentes, a re-

quisitos estabelecidos pelo próprio Governo em legislação do seu edito e do seu arbítrio.

Quando o nobre Líder da Bancada do PDS invoca um trecho das razões presidenciais em que:

A Administração Federal abriu a todos os irregulares a oportunidade de legalizar a situação.

E muitos não procuraram essa legalização. Incide, assim, mais uma vez, o Chefe do Governo em produzir razões inconvincentes.

Compreenda-se que num País da extensão brasileira e com o tipo de emigrante que temos em casa, não é razoável exigir-se que todos eles, em tempo mínimo, accorressem à regularização sem que houvesse sequer uma parcela fora desse caminho.

Apenas 120 dias para mais de meio milhão de pessoas — aceito a sugestão à distância dos microfones do autor das emendas vetadas, o nobre Deputado Jorge Ueque — 120 dias o prazo para regularização, mas subtraído desse lapso o período de 15 dias para a regulamentação da lei.

De modo, Sr. Presidente, que a Bancada do PMDB nesta Casa do Congresso entende que, se é difícil derrubar um veto, na hipótese presente é difícil aceitar suas razões, porque são razões que correm ao largo de todo bom senso e de todo sincero empenho de se regula-

rizar a situação de milhares de homens e mulheres que estão, com o tributo do seu trabalho e da sua disciplina moral, concorrendo para que este País, que é fruto de uma ampla e profunda miscigenação, seja realmente a Pátria fraterna.

Era o que tinha dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Continua em discussão. (Pausa.)

Não havendo mais quem peça a palavra, encerro a discussão.

A matéria vetada exige **quorum** de 2/3 da composição da Câmara para deliberação, assim como do Senado. Dada a inexistência desse **quorum**, deixa de ser procedida a votação.

Fica a votação adiada.

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) Nos termos do art. 55, § 1º, *in fine*, da Constituição, a Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se hoje, às 19 horas e 45 minutos, neste plenário, destinada à apreciação da Mensagem nº 140, de 1983-CN, referente ao Decreto-lei nº 2.069, de 1983.

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 42 minutos.)

Ata da 74ª Sessão Conjunta em 2 de maio de 1984

2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 47ª Legislatura

Presidência do Sr. Lenoir Vargas

ÀS 19 HORAS E 45 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Jorge Kalume — Altevir Leal — Mário Maia — Eunice Michiles — Raimundo Parente — Galvão Modesto — Odacir Soares — Aloysio Chaves — Gabriel Hermes — Hélio Gueiros — Alexandre Costa — João Castelo — José Sarney — Alberto Silva — Helvídio Nunes — Almir Pinto — José Lins — Virgílio Távora — Martins Filho — Humberto Lucena — Marcondes Gadelha — Milton Cabral — Aderbal Jurema — Cid Sampaio — Marco Maciel — Guilherme Palmeira — João Lúcio — Luiz Cavalcante — Albano Franco — Lourival Baptista — Passos Pôrto — Jutahy Magalhães — Lomanto Júnior — Luiz Viana — João Calmon — José Ignácio Ferreira — Moacyr Dalla — Roberto Saturnino — Itamar Franco — Murilo Badaró — Fernando Henrique Cardoso — Henrique Santillo — Mauro Borges — Benedito Canelas — Roberto Campos — José Fragelli — Affonso Camargo — Álvaro Dias — Enéas Faria — Jaison Barreto — Jorge Bornhausen — Lenoir Vargas — Pedro Simon — Octávio Cardoso.

E OS SRS. DEPUTADOS:

Acre

Alécio Dias — PDS; Aluísio Bezerra — PMDB; Geraldo Fleming — PMDB; Wildy Vianna — PDS.

Amazonas

Arlindo Pôrto — PMDB; Arthur Virgílio Neto — PMDB; José Lins de Albuquerque — PDS; Josué de Souza — PDS; Mário Frota — PMDB; Vivaldo Frota — PDS.

Rondônia

Assis Canuto — PDS; Francisco Erse — PDS; Francisco Sales — PDS; Múcio Athayde — PMDB; Rita Furtado — PDS.

Pará

Ademir Andrade — PMDB; Antônio Amaral — PDS; Brabo de Carvalho — PMDB; Dionísio Hage — PMDB; Gerson Peres — PDS; Jorge Arbage — PDS; Ronaldo Campos — PMDB; Sebastião Curió — PDS.

Maranhão

Bayma Júnior — PDS; Cid Carvalho — PMDB; Edison Lobão — PDS; Epitácio Cafeteira — PMDB; Jayme Santana — PDS; João Rebelo — PDS; José Burnett — PDS; José Ribamar Machado — PDS; Nagib Haickel — PDS; Wagner Lago — PMDB.

Piauí

Celso Barros — PDS; Ciro Nogueira — PMDB; Jonathan Nunes — PDS; José Luiz Maia — PDS; Tapety Júnior — PDS; Wall Ferraz — PMDB.

Ceará

Aécio de Borba — PDS; Antônio Moraes — PMDB; Chagas Vasconcelos — PMDB; Cláudio Philomeno — PDS; Flávio Marcílio — PDS; Gomes da Silva — PDS; Haroldo Sanford — PDS; Leorne Belém — PDS; Moysés Pimentel — PMDB; Orlando Bezerra — PDS; Ossian Araripe — PDS; Paes de Andrade — PMDB; Sérgio Philomeno — PDS; Tomaz Coelho — PMDB.

Rio Grande do Norte

Agenor Maria — PMDB; Antônio Câmara — PMDB; João Faustino — PDS; Vingt Rosado — PDS; Wanderley Mariz — PDS.

Paraíba

Aluísio Campos — PMDB; Carneiro Arnaud — PMDB; Ernani Satyro — PDS; João Agripino — PMDB; Raymundo Asfora — PMDB.

Pernambuco

Araldo Maciel — PMDB; Carlos Wilson — PMDB; Cristina Tavares — PMDB; Egidio Ferreira Lima — PMDB; Fernando Lyra — PMDB; Inocêncio Oliveira — PDS; João Carlos de Carli — PDS; José Mendonça Bezerra — PDS; José Moura — PDS; Mansueto de Lavor — PMDB; Miguel Arraes — PMDB; Nilson Gibson — PDS; Oswaldo Lima Filho — PMDB; Thales Ramalho — PDS.

Alagoas

Albérico Cordeiro — PDS; Djalma Falcão — PMDB; José Thomaz Nonô — PDS; Sérgio Moreira — PMDB.

Sergipe

Adroaldo Campos — PDS; Francisco Rollemberg — PDS; Gilton Garcia — PDS; José Carlos Teixeira — PMDB.

Bahia

Afrísio Vieira Lima — PDS; Angelo Magalhães — PDS; Carlos Sant'Anna — PMDB; Djalma Bessa — PDS; Domingos Leonelli — PMDB; Elquisson Soares —

— PMDB; Fernando Gomes — PMDB; Fernando Santana — PMDB; França Teixeira — PDS, Genebaldo Correia — PMDB; Gorgônio Neto — PDS, Haroldo Lima — PMDB; João Alves — PDS; Jorge Medauar — PMDB; Jorge Vianna — PMDB; Jutahy Júnior — PDS; Manoel Novaes — PDS, Prisco Viana — PDS; Raul Ferraz — PMDB, Virgildásio de Senna — PMDB; Wilson Falcão — PDS.

Espírito Santo

Hélio Manhães — PMDB, José Carlos Fonseca — PDS; Nyder Barbosa — PMDB; Pedro Ceolim — PDS; Stélio Dias — PDS.

Rio de Janeiro

Aldias do Nascimento — PDT; Alair Ferreira — PDS, Amaral Netto — PDS; Brandão Monteiro — PDT; Carlos Peçanha — PMDB; Celso Peçanha — PTB; Daso Coimbra — PMDB, Denisar Arneiro — PMDB; Francisco Studart — PTB; Hamilton Xavier — PDS; Jacques D'Ornellas — PDT; JG de Araújo Jorge — PDT; José Colagrossi — PDT; José Eudes — PT; Lázaro Carvalho — PDS; Marcelo Medeiros — PMDB; Márcio Braga — PMDB; Mário Juruna — PDT; Osmar Leitão — PDS; Sebastião Ataíde — PDT; Sebastião Nery — PDT; Sérgio Lomba — PDT; Wilmar Palis — PDS.

Minas Gerais

Aécio Cunha — PDS; Aníbal Teixeira — PMDB; Antônio Dias — PDS; Bonifácio de Andrada — PDS; Carlos Mosconi — PMDB; Cássio Gonçalves — PMDB; Emílio Gallo — PDS; Emílio Haddad — PDS; Homero Santos — PDS; Humberto Souto — PDS, Israel Pinheiro — PDS; João Herculino — PMDB; Jorge Carone — PMDB; José Machado — PDS; José Maria Magalhães — PMDB; Juarez Baptista — PMDB, Júnia Marise — PMDB; Luiz Guedes — PMDB; Luiz Leal — PMDB; Luiz Sefair — PMDB; Magalhães Pinto — PDS, Maurício Campos — PDS; Melo Freire — PMDB; Milton Reis — PMDB; Nylton Velloso — PDS; Osvaldo Murta — PMDB; Paulino Cícero de Vasconcellos — PDS; Pimenta da Veiga — PMDB; Rondon Pacheco — PDS; Rosemburgo Romano — PMDB; Sérgio Ferrara — PMDB.

São Paulo

Adail Vettorazzo — PDS; Airton Soares — PT; Armando Pinheiro — PDS; Aurélio Peres — PMDB; Cardoso Alves — PMDB; Celso Amaral — PTB; Del Bosco Amaral — PMDB; Eduardo Matarazzo Suplicy — PT; Flávio Bierrembach — PMDB; Francisco Amaral — PMDB; Francisco Dias — PMDB, Freitas Nobre — PMDB; Israel Dias-Novaes — PMDB; João Hermann — PMDB; Márcio Santilli — PMDB; Marcondes Pereira — PMDB; Mendonça Falcão — PTB; Paulo Zarzur — PMDB; Raimundo Leite — PMDB; Roberto Rollemberg — PMDB; Ulysses Guimarães — PMDB.

Goiás

Aldo Arantes — PMDB; Fernando Cunha — PMDB; Ibsen de Castro — PDS; Iturival Nascimento — PMDB; João Divino — PMDB; Juarez Bernardes — PMDB, Siqueira Campos — PDS; Tobias Alves — PMDB, Wolney Siqueira — PDS.

Mato Grosso

Bento Porto — PDS; Dante de Oliveira — PMDB; Jonas Pinheiro — PDS; Maçao Tadano — PDS, Milton Figueiredo — PMDB.

Mato Grosso do Sul

Harry Amorim — PMDB; Plínio Martins — PMDB; Ruben Figueiró — PMDB, Ubaldo Barém — PDS

Paraná

Alencar Furtado — PMDB; Amadeu Geara — PMDB; Anselmo Peraro — PMDB; Ary Kffuri — PDS; Borges da Silveira — PMDB; Celso Sabóia — PMDB; Fabiano Braga Cortes — PDS; Hélio Duque — PMDB; Ítalo Conti — PDS; José Tavares — PMDB; Luiz Antônio Fayet — PDS; Norton Macedo — PDS; Oscar Alves — PDS; Osvaldo Trevisan — PMDB, Reinhold Stephanes — PDS; Renato Johnsson — PDS; Santinho Furtado — PMDB; Sebastião Rodrigues Júnior — PMDB; Valmor Giavarina — PMDB; Walber Guimarães — PMDB.

Santa Catarina

Adhemar Ghisi — PDS; Casildo Maldaner — PMDB; Evaldo Amaral — PDS; Ivo Vanderlinde — PMDB; Nelson Wedekin — PMDB; Odilon Salmoria — PMDB.

Rio Grande do Sul

Amaury Müller — PDT; Emídio Perondi — PDS; Floriceno Paixão — PDT; Guido Moesch — PDS; Hermes Zaneti — PMDB, Ibsen Pinheiro — PMDB; Irajá Rodrigues — PMDB; João Gilberto — PMDB; Jorge Ueque — PMDB, Júlio Costamilan — PMDB; Nadyr Rossetti — PDT; Nelson Marchezan — PDS; Oly Fachin — PDS; Osvaldo Nascimento — PDT; Pedro Germano — PDS; Rosa Flores — PMDB.

Amapá

Antônio Pontes — PDS; Geovani Borges — PDS.

Roraima

Alcides Lima — PDS; Júlio Martins — PDS; Mozarildo Cavalcanti — PDS.

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — As listas de presença acusam o comparecimento de 54 Srs. Senadores e 231 Srs. Deputados. Havendo número regimental, declarei aberta a sessão

Passando-se ao período destinado a breves comunicações, concedo a palavra ao nobre Deputado Francisco Amaral.

O SR. FRANCISCO AMARAL (PMDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Cumprimento, com especial júbilo, render as mais expressivas homenagens à caríssima colônia japonesa, sediada no Estado de São Paulo, pela auspiciosa passagem, a 30 de abril, do Dia Nacional do Japão, saudação esta que estendo a todos os imigrantes japoneses e seus descendentes residentes nos demais Estados do Território nacional.

A oportunidade, Sr. Presidente, oferece-se particularmente preciosa em razão dos profundos laços de amizade que muito me honra privar com a colônia japonesa em São Paulo, bem como pelo saudável trânsito de que cordialmente desfruto junto à Embaixada do Japão, aqui em Brasília.

Como é sabido, o Brasil é o país que, fora do arquipélago nipônico, abriga o maior contingente de imigrantes japoneses e que, em virtude desse fato, houve por integrar-se de forma íntima e ativa, a importantes etapas da história do desenvolvimento do País.

Havendo por emprestar à cultura nacional exemplos autênticos da real tenacidade de sua gente, os destemidos grupos, de origem essencialmente antípoda, souberam vencer, com inquebrantável ânimo, complexas barreiras de adaptação étnica, impondo-se, sobretudo, pela irrestrita disciplina ao trabalho e o acendrado respeito aos valores éticos e morais que dignificam a pessoa humana, consagrando-nos singular lição de esforço, confiança e determinação.

Da vitalidade e obstinação com que houveram por vencer o grandioso desafio imposto aos seus destinos, resultou, enfaticamente, a magnífica contribuição de progresso proporcionada ao Brasil, bem como a salutar convivência de duas culturas que têm como traço de união a perspectiva do crescimento ordenado, da preservação da paz e da ordem social. É preciso que se afirme que as diferenças históricas na formação de cada cultura jamais cerceou o entendimento harmônico que sempre caracterizou a presença dos irmãos japoneses e seus descendentes em solo brasileiro.

Ao saudar a querida colônia japonesa, associo-me, com máximo orgulho, às efusivas manifestações que marcam a passagem da Data Nacional do Japão. De igual forma, reafirmo aos ilustres membros do Corpo Diplomático da Embaixada do Japão as calorosas homenagens do povo brasileiro, como justa expressão do especial apreço e da grande admiração por aquele País amigo e seu valoroso povo.

Os níveis atuais da recíproca cooperação econômica e comercial avalisam, por si só, o elevado grau do permanente e crescente intercâmbio de matérias básicas (de nossa parte) e de avançada tecnologia (pelo lado japonês), assegurando condições exemplarmente favoráveis ao pleno avanço do processo produtivo em ambas as Nações.

Maior garantia, equilíbrio e estímulo à confiança internacional não poderiam ser dadas, senão pelo caráter altamente desenvolvido e cordial que preside as relações de parceiros comerciais intimamente afinados às questões econômicas da atualidade.

Reitero, Sr. Presidente, na solene oportunidade do transcurso da data máxima para a nacionalidade japonesa, as mais sentidas expressões de respeito e amizade ao povo amigo do Japão.

São as minhas palavras. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Farabulini Júnior.

O SR. FARABULINI JÚNIOR (PTB — SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

O dia do trabalho, ontem, revestiu-se em festa na capital paulistana. Vários setores levantaram bandeiras do trabalhador, sindicatos operários, em todos os cantos da cidade organizados, falaram, cantaram as glórias do trabalho. Trabalho é vida, é luz, é glória, é arma e bandeira das liberdades.

A grande realidade é que no concerto deste canto heróico do trabalhador estava contido o grande verso das liberdades democráticas, o grande verso daqueles que cantam essas liberdades, e os oradores passavam pelas tribunas, operários das fábricas, aqueles que estão na fresa, no torno, aqueles que estão no mourejar diuturno da coleta do lixo das ruas; trabalhadores que há algum tempo, na órbita do silêncio, fechados ali na redoma de aço, criada por uma República onisciente, onipotente e prepotente. Na verdade, não podiam falar, agora podem, falaram ontem. Lá em Ermelino Matarazzo, através da Sociedade de Amigos de Ermelino Matarazzo vibravam mais ou menos 30 a 40 mil pessoas; entre ver o desfilar das bandas musicais, entre ver desfilar os estudantes, entre ouvir os oradores que ocuparam a tribuna,

vibrava o proletariado. E se sabe que aquela região, Ermelino Matarazzo, é a ultraperiferia paulistana, onde estão as fábricas, onde se trabalha.

No meio de tudo isto, não faltou o grande problema nacional que é "Eleições Diretas Já". A votação nesta Casa, no meu entendimento, constituiu a vitória para as Oposições brasileiras, porque unidas as Oposições, os Partidos, que visam a atrativo maior, levaram com elas elementos dignos, e por que não dizer viris, do Partido Democrático Social. O trem vai caminhar e vai aumentar o número daqueles que haverão de chegar aqui com a nossa subemenda que vai exigir mais veemência, vai exigir "Eleições Diretas Já". Não pode ser remetido o problema para 1988, porque o proletariado não quer; não pode haver "mandato tampão" porque o proletariado não quer. E quando o povo não quer, Sr. Presidente, o representante dele, como advogado e portador de uma procuração por tempo certo, há de se curvar, curvar-se-á, tenho certeza absoluta. É o que se dizia nas praças, ontem: Curvar-se-á o representante do povo ou ser-lhe-á cassada a procuração, que é por tempo certo e o tempo está aí: 1986. Cantar-se-ão nas ruas os grandes versos das liberdades democráticas e acusar-se-á o Deputado representante do povo, menos porque ele não tenha votado em consonância com sua consciência. Sim, conscientemente, ele gostaria de poder votar a favor da emenda, mas não pode porque sofre pressão da Presidência da República.

Mas dir-se-á: "O mandato era certo, era de 4 anos. E chega Deputado! Era o tempo que lhe demos para errar e era o tempo que lhe demos para acertar. V. Ex^a acertou tão pouco e errou tanto, na hora certa, que o mandato agora já está cassado."

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Jorge Carone.

O SR. JORGE CARONE (PMDB — MG. Para uma breve comunicação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

No discurso hoje pronunciado pelo nobre colega Armando Pinheiro, S. Ex^a não me deu oportunidade para apartear-lo. S. Ex^a declarou que o salário dado este ano foi muito maior do que o salário dado na época do Governo de João Goulart e outros. O salário este ano teve aumento de 93%; o salário do Presidente João Goulart foi de 11 para 21 e depois de 21 para 42. Onze para vinte e um significava mais de 100%. Hoje, estamos com uma inflação de 240% e dão aumento inferior a 100%.

O fato é que o trabalhador brasileiro fica cada vez mais prejudicado, e com mais dificuldade para sobreviver. Há um provérbio antigo que diz: "quando falta sardinha, os tubarões acabam morrendo de fome". Está acontecendo que o operário está perdendo seu poder aquisitivo, e isto é a pior coisa que pode acontecer neste País. Se a inflação é de 200%, o trabalhador não pode ser

roubado. Ele tem de receber 200% de aumento, bem como o funcionalismo público.

Falo isso, Sr. Presidente, muito à vontade, porque eu era Prefeito de Belo Horizonte, em 1963. O aumento foi de 100% e eu fui o único prefeito que criou uma lei de salário móvel, determinando que a todo aumento da inflação, correspondesse um aumento também ao funcionalismo. Eu cumpri a lei do salário móvel. A verdade é que, neste Primeiro de Maio, o trabalhador ficou mais pobre e lutará com mais dificuldade.

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — A Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se amanhã, às 11 horas, neste plenário, destinada à discussão da parte vetada do Projeto de Lei nº 14, de 1983-CN, que prorroga a vigência do empréstimo compulsório instituído em favor da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. — ELETROBRÁS, e dá outras providências.

O Sr. Raymundo Asfora — Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Raymundo Asfora.

O SR. RAYMUNDO ASFORA (PMDB — PB. Como Líder, pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

O Decreto-lei nº 2.069, de 1983, com a Mensagem nº 140, de 1983, a propósito de elevar o capital do BNDES, autoriza no seu art. 2º a União a alienar os direitos à subscrição de ações em aumento de capital de sociedades de economia mista e de empresas privadas, de cujo capital participe.

A matéria é grave, é muito séria, já que envolve a orientação do Governo, no sentido de desestatizar a economia brasileira.

Agrava-se a iniciativa, quando a proposta não estabelece nenhum critério para a pretendida alienação, e ela fica ao puro arbítrio do Poder Público.

Ademais, a autorização seria conferida em caráter genérico.

O projeto merece amplo e profundo debate do Congresso Nacional, porque está em jogo a própria estrutura estatal deste País.

Por ser notória a falta de quorum para deliberação, Sr. Presidente, neste momento, a Bancada do PMDB requer a V. Ex^a a suspensão da presente sessão.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O Sr. Edison Lobão — Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Edison Lobão.

O SR. EDISON LOBÃO (PDS — MA) — Sr. Presidente, antes de V. Ex^a suspender a sessão, desejo apenas

apresentar ligeiros argumentos em contraposição às palavras do nobre Líder do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — V. Ex^a é contra a suspensão da sessão?

O SR. EDISON LOBÃO — Não, Sr. Presidente, não me oponho à suspensão da sessão. Apenas, peço a V. Ex^a que me permita falar dois minutos antes de atender ao pedido do eminente Líder da Oposição.

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Considerando que o nobre Líder do PMDB fez algumas considerações, antes de levantar a questão de ordem, apesar de a Presidência lhe haver concedido a palavra para a questão de ordem, V. Ex^a poderá, também, estabelecer algumas preliminares na sua concordância com a questão de ordem.

O SR. EDISON LOBÃO — Muito obrigado, Sr. Presidente

O nobre Deputado Raymundo Asfora argumenta, dizendo que o Decreto-lei nº 2.069/83, no art. 2º, autoriza transferência de ações, a venda de ações. Não é exatamente o espírito da lei.

Vamos ler o texto do artigo:

2. De maneira a evitar a elevação do endividamento do setor público ou mesmo uma acentuada pressão sobre os meios de pagamento, buscou-se solução conciliatória em que se resolve a elevação do capital do BNDES através da transferência de ações representativas da participação da União em sociedades de economia mista e empresas privadas, tomando-se por base a cotação média da semana anterior à operação ou valor patrimonial

O que isto quer dizer? Significa que o Governo, que é proprietário de ações, vamos admitir do Banco do Brasil, e é proprietário de ações de empresas privadas, às quais o BNDES emprestou recursos, teve de receber essas empresas pela inadimplência das mesmas. O Governo dispõe de tantas ações e pode, então, aumentar o capital do BNDES com ações que lhe pertencem, isto é, que pertence ao próprio Governo. É apenas uma transferência contábil. Não vejo onde está o mistério, onde está a irregularidade ou a terrível dificuldade na votação dessa lei. A transferência é para o BNDES, é para a formação do capital do BNDES. É a formação do capital do BNDES que se faz com essas transferências de ações que já pertencem ao Governo Federal.

Sr. Presidente, era este o cânon contraditório.

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — A Presidência acolhe a questão de ordem formulada pelo nobre Líder do PMDB e encerra a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 20 horas.)

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA

(Inclusa as despesas de correio)

Seção I (Câmara dos Deputados)

Via-Superfície

Semestre	Cr\$	3.000,00
Ano	Cr\$	6.000,00
Exemplar avulso	Cr\$	50,00

Seção II (Senado Federal)

Via-Superfície

Semestre	Cr\$	3.000,00
Ano	Cr\$	6.000,00
Exemplar avulso	Cr\$	50,00

Os pedidos devem ser acompanhados de Cheque Visado, pagáveis em Brasília ou Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal — Agência PSCEGRAF, Conta-Corrente nº 920001-2, a favor do.

Centro Gráfico do Senado Federal

Praça dos Três Poderes — Caixa Postal 1.203 — Brasília — DF
CEP 70.160

Centro Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 07/1203
Brasília — DF

EDIÇÃO DE HOJE: 16 PÁGINAS

PREÇO DESTE EXEMPLAR: Cr\$ 50,00